

Prof. Dr. Fernando Aguiar Brito de Sousa

Memorial

de Atividades Acadêmicas

(MAA)

**APRESENTADO COMO REQUISITO PARCIAL PARA
PROGRESSÃO A *PROFESSOR TITULAR* DA CARREIRA
DO MAGISTÉRIO SUPERIOR.**

Florianópolis

2016

*A **Marilza Agostini Pereira**, companheira de toda vida,
de todas as horas e de todo o tempo que compõe o iti-
nerário profissional deste relato.*

Sumário

Das origens	07
Das primeiras impressões	09
Psicanálise e Psicologia Clínica	11
Pós-doutorado em Filosofia (2003-2004)	14
Psicanálise na universidade: um processo	21
Pós-doutorado em Psicologia (2011-2012)	28
<i>Bibliografia contra e a favor de Freud</i>	29
<i>Releitura de Freud</i>	36
<i>Sobre a escrita freudiana</i>	37
<i>A psicanálise fora do tratamento</i>	42
Sobre o (meu) ensino	45
Das atividades acadêmicas	51
<i>Teses de doutorado</i>	51
<i>Dissertações de mestrado</i>	51
<i>Alunas em orientação</i>	53
<i>Iniciação científica (com bolsa PIBIC)</i>	53
<i>Coorientação em TCC</i>	53
<i>Artigos publicados em periódicos</i>	54
<i>Artigos em jornal e revista</i>	56
<i>Artigos com alunos, enviados ou em preparação</i>	56
<i>Artigos inéditos</i>	57
<i>Prefácios</i>	57
<i>Organização de livro</i>	57
<i>Outros dados</i>	58
Ainda sobre artigos	59
Derradeiras considerações	62
Referências	65

“A utilização da psicanálise para a terapia das neuroses não é senão uma de suas aplicações; talvez o futuro mostre não ser a mais importante” (Freud, 1994/1926, p. 76).

Das origens

Tornei-me professor no longínquo ano de 1978, e no semestre seguinte à minha graduação em Psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Durante cinco anos, no Sistema Pitágoras de Ensino (hoje, Rede Pitágoras), em Belo Horizonte, eu lecionei a disciplina Psicologia das Relações Humanas e Ética, da grade curricular de um segundo ano dito profissionalizante do (então) curso científico. Em 1980, com o semestre letivo em andamento, assumi a disciplina Teorias e Técnicas Psicoterápicas (Psicanálise), no curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas da Fundação Mineira de Cultura (hoje, Universidade FUMEC), onde permaneci até 1990, não sem antes fazer, entre 1981-1982, um (excelente) curso de especialização em metodologia de ensino superior, organizado pela própria instituição, mas constituído por professores renomados (UNICAMP, UNB e UFMG) da área da Educação no Brasil. Sem dúvida, eram tempos heroicos, inclusive no que diz respeito às possibilidades e condições de trabalho para um psicólogo recém-formado.

A docência imposta pelas circunstâncias resultou, no entanto, numa opção profissional legítima e definitiva; e, revelando-se única e exclusiva, foi ainda portadora de efeitos epifânicos e felizes conjunções numa hora quase tardia. Uma lembrança levou-me aos 11 anos de idade, quando, graças a um método inventado por mim mesmo, ensinei a ler uma moça que, com seus 14, nunca tinha passado pela escola. Devidamente “contratado” pelo cunhado – a aluna era babá dos meus sobrinhos – a tarefa constituiu-se num primeiro trabalho de fato, e remunerado. Lembrei-me da minha avó materna, natural da Bahia, da mesma cidade do educador Anísio Teixeira, e que, uma geração mais velha que o mestre, e no alvorecer do século XX, foi a primeira professora (e mais tarde benemérita) da cidadezinha do nordeste de Minas Gerais onde eu próprio nasci.

Esse período de importantes e decisivas resoluções profissionais culminou com o encerramento definitivo de uma clínica psicológica exercida ao longo de mais de 10

anos, incluindo longos estágios em hospitais (infantil e de reabilitação física) durante a graduação, e a atuação profissional propriamente dita (clínica privada), em consonância com a formação psicanalítica, em particular, no Colégio Mineiro de Psicanálise (CMP). Sobretudo, retornei como aluno à universidade. Em 1986, iniciei um Mestrado em Filosofia, também na UFMG, finalizado em 1990¹, depois de estafantes semestres letivos. Cumulando disciplinas na FUMEC (funcionário horista) e, como professor substituto (disciplina: Lógica do Pensamento Científico), no próprio Departamento de Filosofia, eu cheguei a lecionar mais de 20 horas-aula por semana – certamente, muitos colegas passaram e passam pela mesma provação. Fui ainda professor substituto (disciplinas: Psicologia da Personalidade III, Teorias e Sistemas Psicológicos II, Métodos e Técnicas de Pesquisa II e Psicologia I) no Departamento de Psicologia da UFES, em Vitória, no primeiro semestre de 1988.

Com bolsa de estudos da CAPES, em setembro de 1990, instalei-me na Bélgica, onde em março de 1995 eu me doutorei, também em filosofia, pela Universidade Católica de Louvain (UCL)². No ano letivo 1995/1996, permaneci como *chercheur libre* na UCL, e nos seguintes, como ouvinte de cursos diversos e pontuais; dei eu próprio cursos de português; fiz traduções do francês para o português; e encarei como “jobiste” (como tantos estudantes no Exterior) inúmeras frentes de trabalho jamais realizadas antes no Brasil. Enfim, acompanhei minha mulher em seu próprio doutorado, enquanto aguardava com paciência a abertura de concursos em universidades públicas no Brasil – uma raridade naqueles anos, ao menos depois que redobrei minha atenção – para enfim cumprir a segunda parte de meu compromisso: retornar ao país e trabalhar, obrigatoriamente, o tempo de duração da bolsa.

Foi assim que, em julho de 1998, tornei-me professor do Departamento de Psicologia da UFSC, duplamente recompensado na minha longa espera: uma universidade reconhecida no meio acadêmico brasileiro, e, como os anos seguintes mostrariam, em

¹ *Da sugestionabilidade à transferência: elementos para um estudo da formação do conceito de transferência em Freud*. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG. Dissertação defendida e aprovada em 06 de abril de 1990. Orientador: Prof. Dr. Walter José Evangelista.

² *Le transfert analytique : approches épistémologique et éthique de la clinique freudienne*. Institut Supérieur de Philosophie (Faculté des Sciences Philosophiques), Université Catholique de Louvain (UCL), Louvain-la-Neuve, Bélgica. Tese defendida e aprovada em 15 de março de 1995. Orientador: Prof. Dr. Guy de Villiers Grand-Champs. Coorientador: Prof. Dr. André Berten. Revalidação do diploma de Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), 28 de setembro de 1998.

franco desenvolvimento; e situada na única capital brasileira cuja qualidade de vida, em diversos aspectos, não diferia muito da que me habituara nos oito anos anteriores. Bons tempos aqueles: ao menos nos quesitos segurança e clima, que tanto prezamos, já não é mais possível afirmar a mesma coisa, tanto lá como aqui.

Das primeiras impressões

Talvez não esteja muito longe da verdade se disser que também no Departamento ainda vivíamos tempos heroicos, malgrado tantas e importantes conquistas em sua implantação e consolidação ao longo de anos certamente ainda mais heroicos. A rigor, não tínhamos sede própria, e sempre me pergunto como nos distribuíamos em tão exíguo e improvisado espaço físico. Sou grato ao nosso então chefe de Departamento, Professor José Luiz Crivelatti de Abreu, não só pela recepção gentil e solidária mas por sua luta incansável para nos alocar dignamente. Acomodou-me como pôde, inclusive disponibilizando um velho PC, cuja incompatibilidade com meu igualmente velhinho Macintosh com teclado francês não me facilitou propriamente a vida. A cidade me era estrangeira e a readaptação ao país, um fato. De seus habitantes, eu conhecia apenas o Professor Delamar Volpato Dutra (e sua família), do Departamento de Filosofia, meu contemporâneo em Louvain, um verdadeiro amigo; e a saudosa Professora Maria Célia Marcondes de Moraes, do Centro de Educação (CED), cujo suporte, também inesquecível, justificava-se então apenas em nosso querido amigo comum, o Professor Olinto Pegoraro (UERJ).

Colegas retornavam de seus doutorados, mas muitos outros ainda saíam nos anos seguintes pelo mesmo motivo. Estávamos longe da estabilidade funcional que temos hoje; mas vem de lá (e de sempre) o que, pelos anos seguintes, foi (e ainda é) recorrente no Departamento: a queixa da quantidade de horas de trabalho, sempre excedendo aquelas alocadas no PAAD. Ora, devido a esse déficit histórico do quadro de professores, à saída de alguns para se doutorarem e com os colegas doutores mais experientes se desdobrando na implantação ainda recente de nosso mestrado, durante anos pairou sobre mim a impressão de não passar de um permanente “professor substituto”, uma contradição nos termos, mas não de fato.

A minha posse na UFSC coincidiu com o final de uma das greves então muito frequentes e demoradas, a tal ponto que consta no PAAD ter lecionado em 1998/1, num total de 13 horas, além de Psicopatologia, três outras disciplinas, todas de mesmo nome

(Psicologia da Educação II - Aprendizagem) e oferecidas pelo Departamento para três unidades da UFSC – embora eu tivesse sido admitido no *início de julho* daquele ano mediante um concurso em *psicologia clínica*. Este, digamos, “desvio de função” não seria uma simples contingência, mas uma prática que se repetiria muitas vezes, e de diversas maneiras, nas opções que me couberam como professor de disciplinas cujos fundamentos temáticos e conceituais não faziam parte de minha formação mais especializada. Como se a “dispersão do saber” (para usar a clássica avaliação de L. A. Garcia-Roza sobre a Psicologia) determinasse um itinerário profissional marcado por injunções que não são sem consequências.

Entre a inscrição e a realização do concurso em psicologia clínica, lembro-me de que tive tempo, disposição e condições (as excelentes bibliotecas belgas) para recolher a bibliografia necessária e preparar aulas referentes aos 10 itens programados no edital. Foi inevitável que este material revelasse um artigo memorável do professor e psicanalista francês Didier Anzieu, *La psychanalyse au service de la psychologie*, de 1979, levando-me a uma pesquisa bibliográfica, que julguei então apenas propedêutica, na biblioteca setorial do Instituto de Psicologia e Ciências da Educação (UCL). Ora, em meio a tantas preciosidades, essa biblioteca dispõe de todos os números de todas as revistas francesas existentes antes mesmo de a psicologia se tornar um curso acadêmico regulamentado. Pude assim formular o objetivo de rastrear as manifestações textuais dos autores que participaram e testemunharam no momento mesmo de seu acontecer em Paris VII, ou refletiram depois, sobre esta conjunção singular ocorrida entre a psicanálise e a psicologia na universidade francesa – na aposta de que a experiência emblemática de meus antecessores ajudaria a me situar, de maneira realista, sem ilusões e com alguma eficácia, como professor de psicanálise em um Departamento de Psicologia. Foi uma decisão certa: esta primeira opção de pesquisa metódica depois do doutorado resultou tão determinante no meu itinerário acadêmico que se impõe inclusive como categoria estruturante deste relato.

Antes de prosseguir-lo, parece-me importante afirmar de imediato, até mesmo para justificar aqui a opção por digressões explicativas e/ou ilustrativas, frutos de meus estudos interessados e sistemáticos: psicólogo de origem, eu tenho sido basicamente um professor que, lotado num Departamento de Psicologia, defende um estatuto diferenciado para a psicanálise universitária; e cujas atividades de pesquisa e de extensão tiveram

sempre como objetivo precípua (salvo raros exercícios de liberdade, que não deixarei de assinalar) capacitar-me cotidianamente para o ensino e a orientação de teses e dissertações.

Psicanálise e Psicologia Clínica

Com o material bibliográfico coletado na UCL, constituí o meu primeiro projeto de pesquisa no Departamento, ao qual dei o nome de “Revisão bibliográfica e análise crítica de trabalhos escritos que tratam das relações entre a psicologia clínica e a psicanálise na universidade francesa”. Resultaram desses estudos, cuja temática permanece pouco explorada na bibliografia brasileira, duas produções mais diretas e em forma de artigo: “Das relações entre a psicologia clínica e a psicanálise na França” (2000) e “A psicanálise e a psicologia francesa: relação de conflitos e de mútuos interesses” (2002), ambos publicados na revista *Estudos de Psicologia*, de Natal (RN), revista ainda hoje muito bem conceituada. Curiosamente, ela não recebe mais produções psicanalíticas.

Destaco ainda um terceiro artigo dessa leva, “Método clínico: método clínico?”, publicado em *Psicologia: Reflexão e Crítica*, de 2001, que se originou quando decidi enfrentar com meus próprios dados de pesquisa o desafio de tentar esclarecer convenientemente o qualificativo “método clínico”: falávamos, no Departamento, da mesma coisa? Muitos anos depois, mais precisamente em 2016.1, pela primeira vez me propuseram lecionar a disciplina do mesmo nome, e com isso verifiquei que meu artigo é ainda o primeiro numa busca *online* (método clínico psicologia), mas também que a respeito temos, em português, uma bibliografia relativamente acanhada. E foi com o fim de montar um plano de ensino consistente que logrei ajuntar alguns fios dessa meada, e cuja falta de evidência e clareza não convém desdenhar. É a ocasião para uma primeira digressão importante.

Em nenhum outro lugar, como na França, a constituição da psicologia clínica resultou de uma relação tão estreita com a psicanálise. Esta lhe serviu como caução teórica e como exemplo, mesmo como modelo de prática – daí o título do artigo de Anzieu acima mencionado. Em troca, a psicologia serviu de veículo para a difusão da psicanálise, num país que, por um largo período de tempo, foi indiferente ou reticente ao freudismo (Anzieu, 1979, Assoun, 1981). Todos nós, psicólogos de formação, sofremos a influência da célebre concepção de Daniel Lagache de uma *unidade da psicologia*, estabelecida em 1949 na antiga Sorbonne – no Brasil, o Instituto de Psicologia da USP foi

talvez seu grande representante. Para Lagache, os fins práticos da psicologia clínica seriam curar doentes, educar crianças, aconselhar adultos (Prévost, 1988) e, acrescenta mordazmente Roudinesco (1986), reclassificar inadaptados. O psicanalista seria “um psicólogo clínico que se limita a curar e a utilizar uma só técnica (a investigação psicanalítica), entre cinco ou oito, mas utilizando-a a fundo” (Prévost, 1988, p. 74); e a psicanálise, uma ultratécnica, por visar apenas o terceiro dos quatro objetivos da psicologia clínica (diagnóstico, aconselhamento, tratamento, educação). Em função da diversidade dos lugares de trabalho deste psicólogo, e da variedade de sua prestação de serviços, tratava-se de um campo de atuação muito mais vasto, e heterogêneo e amplo no tocante às suas fontes de informação. Assim, fundamentando-se teoricamente na psicanálise e nela se apoiando como modelo operatório, nem por isso a psicologia clínica deveria ser incompatível com outras orientações teóricas e metodológicas. Mais: considerando ultrapassado o conflito entre psicologia experimental e psicologia clínica, Lagache estimava que sua unidade resultasse do apoio mútuo que ambas se conferiam (Anzieu, 1979).

A história mostrou que ele não tinha razão. Em *L'unité de la psychologie? Les psychologues devant la clinique freudienne*, R. Gori (1989), um dos raros autores que se dedicaram ao tema, escreve em sua apresentação como organizador da obra: “Em um texto tornado célebre, Daniel Lagache acreditava poder fundar ‘a unidade da psicologia’ [...]. Ora, a evolução da psicologia nos últimos quarenta anos tenderia a nos provar o contrário”. Enquanto Jacques Lacan postulava sua irreduzibilidade à primazia da determinação inconsciente – “a psicologia não poderia ser senão o objeto de uma ilusão imaginária, da qual a psicanálise explica as competências e os desafios [*enjeux*]” (Gagey, Gory & Miolan, 1983, p. 309) –, o psicólogo clínico francês apostava, ao contrário, na sua integração “sob a categoria de uma filosofia da consciência” (Roudinesco, 1986, p. 234). As duas correntes, porém, não sustentariam o projeto unitário: para a filosofia da consciência, a psicologia clínica estava muito próxima da psicanálise e, para os experimentalistas, não era “suficientemente ‘científica’ aos olhos de um modelo neofisiológico ou neobiologista”. Psicólogo no meio analítico, psicanalista entre os psicólogos, teria sido assim que Lagache se viu derrotado em sua “batalha unitária”³.

³ Ao menos temporariamente, sempre é bom precisar nas questões científicas, pois pequenas mas significativas reviravoltas paradigmáticas acontecem no tempo mesmo de nossas carreiras acadêmicas. Assistimos atualmente a uma nova interação em surdina para a qual o psicanalista ainda torce o nariz, embora

Sobretudo a partir dos anos 1960, a experiência de Paris VII seria alvo de discussões críticas (primeiro entre os psicanalistas, depois, em fins dos anos 1980, entre os próprios psicólogos clínicos) e que a meu ver ainda se prolongam em seus desdobramentos históricos. Do lado da psicanálise, este acontecimento emblemático é um capítulo histórico e importante do que podemos chamar, com toda propriedade, “psicanálise na universidade”, uma qualificação que veicula questões e desafios, e é quase uma provocação. Parafraseando Hupert (2003), seria improvável enunciar “A química na universidade”, “As estatísticas na universidade”, e menos ainda “A psicologia cognitiva na universidade”, apesar da evidente semelhança sintagmática. Entendo que o uso da preposição *em* sublinha que a psicanálise – campo de saber constituído quando a ciência positiva vivia seus dias de glória – nasceu e se desenvolveu *fora* da academia, antes de haver o estabelecimento de algum tipo de convivência ou de interesse recíprocos. Subtende-se que a disciplina freudiana tem ou almeja ter ali um lugar, reivindicando sua parte no todo do saber universitário, num processo de afiliação cujos perigos de comprometimento, subordinação, avassalamento e (em particular nos departamentos de psicologia) redução de sua doutrina ao “psicologismo” jamais deixaram de ser sublinhados, com maior ou menor pertinência e ênfase, por muitos autores psicanalistas.

incontornável e prevista pelo próprio Freud, que naturalmente não conheceu nem o nome nem o *boom* das atuais neurociências. Arrisco-me em afirmar que a obra freudiana lhes serve hoje como um rico celeiro – mas anônimo, porque os neurocientistas, que tampouco dão o braço a torcer, não indicam prioridades quando se trata de Freud, ele próprio, no entanto, um neurologista de ponta em sua época. Uma exceção ilustre é Oliver Sacks, que pode ser lido justamente em seu belo artigo “A outra estrada: Freud como neurologista”. De todo modo, já em 1989, a semióloga e psicanalista francesa Julia Kristeva (numa revista cuja referência se perdeu) afirmava a existência de “um lugar de confronto único no mundo [tratamento psicanalítico mais neuroléticos e antidepressivos]: o serviço de psiquiatria, na Salpêtrière, do professor Widlöcher...”. Para compensar a ausência de referência, ver “Freud: Le débat Onfray-Kristeva” (data de referência: 04 de agosto de 2016: <http://bibliobs.nouvelobs.com/essais/20100422.BIB5255/freud-le-debat-onfray-kristeva.html>), publicado em 22/04/2010, no *L’Obs*. Não por acaso D. Widlöcher, aprendi com A. Ohayon (1999), foi o mais fiel discípulo de Lagache. Psicanalista de obra própria, ele era, naquele momento da asserção de Kristeva, presidente da Associação Psicanalítica Internacional (IPA, na sigla em inglês), ambos membros da SPP, a mais antiga associação psicanalítica da França e adversária histórica de Lacan e do movimento lacaniano. “Ali [na Salpêtrière, com Widlöcher], prossegue Kristeva, estudam-se as convergências entre a psicanálise e as neurociências, diante de um público de médicos, psiquiatras, analistas, professores, educadores. O futuro da psicanálise está nesta confrontação”. É uma opinião (*doxa*), e na França pode ter tido seu peso (no Brasil, Kristeva esteve na moda nos anos 1970). Mas aproveito para enunciar outra opinião, que nem mesmo lhe é diretamente antagônica porque segue noutra via de entendimento: como clínica, o presente (e o futuro) da psicanálise encontra-se na capacidade dos analistas de inventar possibilidades e condições com as quais a “situação analítica” não seja tomada como sinônimo de *setting* analítico. Seja como for, dure o quanto durar sua prática “curativa”, a disciplina freudiana vai sobreviver longo tempo como método de investigação da motivação inconsciente de toda e qualquer produção humana individual e coletiva, e uma das realizações maiores da humanidade.

Em uma palavra, no que diz respeito às minhas atividades acadêmicas, de uma questão específica – das relações entre a psicanálise e a psicologia na França – aos poucos foram se delineando e ampliando interesses de estudo ao abrigo de uma denominação por si mesma aberta aos mais diversos entendimentos. No retorno do primeiro pós-doutorado, quando este projeto tomou sua forma “definitiva”, não deixei de delimitá-lo com um subtítulo, *A psicanálise na universidade: os limites, as condições de possibilidade, os fundamentos lógicos, o valor e o alcance objetivo da prática universitária da psicanálise*. Devo ainda registrar que, antes do pós-doutorado, eu já havia publicado um artigo, “Comentários avulsos sobre a prática universitária da psicanálise”, na apropriada revista *Psicanálise e Universidade*, em 2002, Compartilhei neste artigo (tal como fiz com meus alunos num dos poucos cursos que logrei dedicar à psicanálise *strictu sensu* na pós-graduação) uma bibliografia ampliada, e coletada não apenas para escrever esse *compte-rendu* das reflexões de nossos professores universitários, mas também para igualmente me orientar e começar a delimitação de um projeto de pesquisa para os anos seguintes.

Pós-doutorado em Filosofia (2003-2004)

Fui liberado (diz-se: afastado) um ano pelo Departamento e pela Universidade para fazer meu primeiro pós-doutorado em 2003-2, e também contemplado com uma bolsa de estudos do CNPq. Minha aceitação na UCL e no Instituto de Filosofia foi mediada pelo Professor André Bertin, que fora também meu coorientador no doutorado. Primordialmente, como propus no projeto, tinha a pretensão de aprofundar a temática sobre a qual havia escrito três artigos (acima referidos), sempre no sentido de esclarecer e ampliar as discussões e análises, em nosso país, a respeito do exercício acadêmico da psicanálise. Foram, porém, desanimadoras as primeiras buscas, tudo indicando que os autores franceses não deram especial atenção – seja no momento mesmo dos acontecimentos, seja posteriormente sob alguma perspectiva histórica – a uma questão que eu julgava, no entanto, de toda importância para ambas as disciplinas naquele país, e incontornáveis em qualquer lugar do mundo onde elas se encontram institucionalizadas. Verificava assim por conta própria, e da minha perspectiva, o que Ohayon (1999, p. 8) escreve na introdução de seu impecável *L'impossible rencontre: psychologie et psychanalyse en France (1919-1969)*: “A história da psicanálise na França começa a ser relativamente conhecida e vulgarizada. A da psicologia, ao contrário, permanece parcial e circunscrita

a um público universitário especializado. Uma história cruzada dessas duas disciplinas jamais foi produzida”.

Essa lacuna foi enfim preenchida, pelo menos até o ano de 1969. Do lado da psicanálise, todos conheciam os livros de E. Roudinesco; do lado da psicologia, em sua vertente clínica, não muito mais do que o livro organizado por Gori (1989), já referido, e o livrinho (curiosamente, não citado por Ohayon) de Cl.-M. Prévost, na coleção “Que sais-je?”, *La psychologie clinique*, de 1988, e de número tardio (2423!), como que atestando as dificuldades efetivamente confessadas pelo autor ao escrevê-lo. A existência do livro de Ohayon, publicado em 1999 na França, era-me desconhecida, seja obviamente em 1997/1998, quando tive a oportunidade também na Bélgica de realizar minha pesquisa bibliográfica inicial, seja posteriormente no Brasil quando publiquei os artigos acima referidos. Embora notável a convergência temática e uma parcial proximidade temporal de nossas propostas, o trabalho da pesquisadora francesa é de muito maior fôlego, alcance e abrangência – não tivesse sido englobada, no livro, sua tese de doutorado defendida em 1996. Apenas a terceira parte (período: 1947-1969), a rigor, recobre parcialmente dados com os quais eu próprio tive a oportunidade de trabalhar; e parte de minha bibliografia, não utilizada por ela, estende-se pelos anos subsequentes a 1969, sua data limite. Trabalho exemplar, que se vale de ampla pesquisa em arquivos e entrevistas, ele de fato reconstitui a memória da psicanálise e da psicologia francesas e de suas instituições, localiza no devido contexto intelectual e social seus conflitos e controvérsias e apresenta perfis inéditos e instigantes de seus principais atores, orbitando em torno de Janet e Freud, Lagache e Lacan. Por e-mail, e à minha pergunta se lhe daria sequência, ou seja, de 1969 à atualidade, Ohayon respondeu-me que não o faria dada a dificuldade da tarefa: “... trata-se de uma história muito próxima, muito carregada de afetos e paixões, é preciso deixar passar um pouco de tempo [...] para começar a compreender alguma coisa, por exemplo, na história do lacanismo”.

A advertência foi também capaz de definir as minhas próprias tarefas, tornando-as menos grandiosas e ingênuas e mais conforme ao professor universitário que se desdobra numa cotidianidade escolar heterodoxa, e em outro país. Em troca, com o trabalho de Ohayon, confirmei a validade de uma intuição e a eleição de uma temática instigante, mas indigente até então em termos bibliográficos. Permitiu-me melhor situar a herança do projeto lagacheano, gestado ao longo de duas décadas em solo francês e com

repercussão noutros lugares, entre eles, o Brasil, e experimentada cotidianamente ainda hoje, mesmo sem nos darmos conta, como encarnação natural e modelo de certa relação entre Psicologia e Psicanálise no âmbito da universidade. Suficientemente apaziguado, abri o leque de meus interesses para os possíveis desdobramentos desse encontro impossível entre a psicologia e a psicanálise. Por uma dessas felizes coincidências (na pesquisa) – não foi a primeira, o livro de Ohayon lhe sendo anterior – ocorreu que, ao final de outubro de 2003, explodiu nos meios de comunicação as discussões em torno da chamada “emenda Accoyer”, que pretendia regulamentar as psicoterapias na França. Para ir direto ao ponto no que diz respeito à invenção freudiana⁴: pela força dos poderes públicos atualizava-se a sempiterna questão – *é ou não a psicanálise uma psicoterapia?* –, condensando em si mesma os históricos conflitos entre a psicologia e a psicanálise, que, em outros tempos, ficariam restritas às relações com a medicina⁵. A possibilidade de regulamentação da psicanálise obrigou os psicanalistas franceses a tentar explicitar sem ambiguidade – para o público leigo inclusive (ou primordialmente) – o que diferenciava sua prática do vasto domínio das psicoterapias, ao mesmo tempo afirmando seu corpo doutrinário fundador e a fecundidade do método freudiano de investigação. Neste sentido, foi certamente um ganho.

Tive assim a oportunidade de acompanhar de perto (em jornais, revistas, TV, rádio e documentos acessados em tempo real pela internet), e de uma forma que só a dedicação exclusiva de um ano sabático pode permitir, as apaixonadas e algumas vezes apaixonantes discussões que tiveram lugar ao longo de meses na França, os desdobramentos da passagem da emenda pela Assembleia Nacional e pelo Senado. Houve repercussões em outros países europeus, dentre os quais, a Bélgica (onde um projeto no mesmo sentido estava em andamento). Ficou claro se tratar de um movimento que, das mais diversas formas e pelas mais diferentes razões, tendia a se espalhar em escala mundial – inclusive no Brasil, onde entra nessa conta o projeto de lei, proposto na época

⁴ Eram outras, naturalmente, as razões alegadas pelo Estado francês para regulamentar as psicoterapias. Em particular, visava-se o enquadramento de técnicas psicoterapêuticas a serviço de algumas seitas (inclusive seitas ditas satânicas). Mas, como denunciavam – por exemplo, a “Association Psychotérapie et Vigilance” –, não apenas contra elas partiam denúncias das “vítimas” (ou de membros de suas famílias) de “terapias abusivas e desviantes”.

⁵ Refiro-me aqui à questão da “análise leiga”, a favor da qual Freud se posicionou sem hesitação, isto é, contra a tentativa de tornar sua disciplina uma especialidade médica e em favor do que ele via como algo enriquecedor e constitutivo, aberta a todos que, tendo concluído não importa qual curso universitário, desejam se tornar analistas mediante o tripé clássico de formação.

pelo deputado Éber Silva (!) no Congresso Nacional, de regulamentação da profissão de psicanalista⁶. As leituras deste extenso material, incluindo textos de caráter mais “efêmero”, como os de redes *online* de discussão, resultaram no artigo “Regulamentação das psicoterapias: o precedente francês”, publicado na revista *Percurso*, um relato minucioso (nas dimensões do artigo) dessas discussões que envolveram e mobilizaram as comunidades profissionais direta ou indiretamente implicadas neste projeto de lei: psiquiatras, psicólogos, psicoterapeutas e psicanalistas. Salvo engano, foi pioneiro no Brasil em fazer um relato crítico da experiência francesa⁷, e permanece também o primeiro em busca *online* (regulamentação e psicoterapias). A ele se segue nesta busca um amplo dossiê de 2007, “Psicoterapia: formação e regulamentação”, o nº 37 do *Entre Linhas*, boletim do Conselho Regional de Psicologia-RS. O próprio Conselho Federal de Psicologia (CRP) elegeu 2010 como o “Ano da Psicoterapia”, disponibilizando inclusive uma série de *Textos Geradores* sobre a temática. Enfim, do mesmo ano, registra-se ainda um artigo, “Psicanálise, política e regulamentação”, publicado na mesma revista *Percurso* cinco anos depois do meu próprio artigo – que, aparentemente, não foi lido seja pela colega de revista, seja pelos outros autores desse pequeno mas significativo levantamento (desconfio que, dos nossos pares, lemos apenas os mais importantes e conhecidos). Seja como for, a questão continua em pauta: acabo de ler uma resenha, publicada em 2015 na revista *Ágora* (RJ), sobre “A psicanálise e o mercado das psicoterapias, o futu-

⁶ “Diversas análises recentes apontam para uma descentralização, diversificação e complexificação da oferta psicoterapêutica; ao mesmo tempo em que se reconhece um intenso recrudescimento da oferta de recursos religiosos ou para-religiosos. Inicialmente, esse reconhecimento se concentrou nas alternativas associáveis ao estilo Nova Era, características das camadas médias metropolitanas, que podem ser – frequentemente – consideradas como variações de uma cultura psicologizada (sic). O crescimento da adesão às seitas pentecostais, principal característica dos desenvolvimentos religiosos nas camadas populares, parecia seguir uma outra lógica, também fartamente estudada. Mais recentemente, surgiram mediações entre as religiões evangélicas e pentecostais e a psicanálise que provocaram grande surpresa e inquietação nos meios intelectuais” (Duarte & Carvalho, 2005). Não sem razão, afinal, basta acompanhar no congresso nacional a atuação da bancada evangélica. Contudo, também é verdade que não se pode pretender fazer da psicanálise, que não é uma profissão regulamentada, uma espécie de *chasse gardée* de alguém ou de um grupo, nem mesmo das associações psicanalíticas, que historicamente, deve-se reconhecer, mantiveram viva durante anos a sua chama.

⁷ Da primeira revista, *Psicologia: Reflexão e Crítica*, para onde enviei este artigo, recebi esta gentil e estimulante devolutiva: “Informamos que seu manuscrito “Regulamentação das psicoterapias: o precedente francês” foi apreciado por nossos consultores *ad hoc*, conforme pareceres em anexo. Os pareceres são conflitantes quanto à publicação ou não nesta revista, muito embora ambos destaquem a relevância de seu texto para a profissão do psicólogo e do psicanalista. Considero que esta revista não seja o melhor veículo para a publicação de seu artigo. A primeira razão é a rapidez, pois a publicação estaria prevista para final de 2005 ou 2006 e a discussão é relevante no momento. A segunda é que o manuscrito não se enquadra como um artigo científico do tipo publicado por nossa revista. Finalmente, considerando as recomendações dos pareceristas, uma modificação significativa do texto, em forma e conteúdo seria necessária. Sendo assim, sugiro que o autor procure outra revista para publicação deste importante artigo”.

ro de uma regulamentação”, um (dito) “manifesto pela psicanálise”, sustentado por vários e conhecidos psicanalistas franceses, e publicado no Brasil pela Civilização Brasileira, com a revisão técnica de Joel Birman.

À questão das psicoterapias se agregavam segmentos temáticos de interesse do pesquisador. Por exemplo, aproveitei o lançamento de produções que confrontavam abordagens psicoterápicas com a clínica psicanalítica. Não constituíam novidade, mas chamavam agora a atenção pelo número e qualidade de projetos: dentre eles, pareceu-me o mais rigoroso e original o livro de Pierre Marie, *Psychanalyse, psychothérapie: quelles différences?*⁸, cuja tradução para o português veio a ser uma das minhas tarefas do segundo pós-doutorado (v. adiante). A observar uma coincidência de datas entre essas publicações e a passagem, pelo Congresso francês, da ementa relativa à regularização das psicoterapias – não fosse sua previsibilidade, se levamos em conta que a ementa tinha uma história anterior àquela primeira, mas ainda não definitiva aprovação em 2004 (haveria ainda a chamada emenda Mattéi).

Do lado da psicanálise, a questão remonta pelo menos ao início da década anterior, se tomamos como marco histórico o importante trabalho coletivo, *État des lieux de la psychanalyse*, de 1991, objeto de grandes controvérsias na época entre os psicanalistas. Sob a direção de Serge Leclair e da *Association pour une Instance*, e fazendo jus à expressão francesa do título, pretendia-se uma informação tão completa quanto possível sobre as práticas da psicanálise, seus modos de funcionamento e os usos de um conjunto de profissionais agrupados numa mesma disciplina. Articulava-se em torno de cinco grandes temas: o quadro e o dispositivo, o currículo e a formação, a extensão da psicanálise na sociedade, as relações da psicanálise e do Estado num certo número de países e, enfim, seu estatuto jurídico.

Advertido e engajado, eu aproveitei a oportunidade para coletar (e fotocopiar, era o que tecnologicamente tínhamos na época) o mais amplo material, visando os pró-

⁸ Mediante uma abordagem respeitosa, mas crítica, e sem restrição à legitimidade das psicoterapias, tão velhas quanto o mundo, Marie quis, no entanto, demonstrar sua diferença radical – sempre tacitamente proclamada, mas raramente examinada a fundo pelos autores – com a clínica psicanalítica, e com isso auxiliar o leitor na livre escolha de seu tratamento psíquico. A meu ver, é mais do que um livro de divulgação. Entre informações preciosas para um estudante de psicologia, lemos uma apresentação sucinta, mas muito bem recortada, das práticas psicológicas ao longo da história, e na contemporaneidade com as psicoterapias; e discussões e contraposições epistemológicas importantes e desenvolvimentos conceituais da clínica freudo-lacaniana, articulados de maneira própria, com brevidade, mas com valiosas indicações e referências.

ximos anos de atividades didáticas⁹ e de pesquisa, sobre temas correlatos ou paralelos, como: ensino, transmissão e formação em psicanálise; história das instituições psicanalíticas; história e situação da psicanálise nos países onde ela está implantada; a psicanálise na universidade nesses países; método de pesquisa em psicanálise; questões epistemológicas e éticas (do ponto de vista da psicanálise, da psicologia...). Aqui vale citar livros como o de M. Bertrand, *Trois défis pour la psychanalyse. Clinique, théorie, psychothérapie* (Dunod, 2004); ou ainda, a bibliografia que aborda as interfaces entre psicanálise e uma dada disciplina universitária – desde as mais evidentes, como psicanálise e filosofia ou psicanálise e direito, até mesmo psicanálise e educação física, como no surpreendente *Sport, psychanalyse et science* (PUF, 1997), de M.-H. Brousse, F. Labridy, A. Terrisse e M.-J. Savret.

Constituindo a terceira feliz coincidência para o pesquisador, foram publicadas na mesma cidade e poucos meses antes de iniciar o pós-doutorado as atas do colóquio “A psicanálise na universidade. A experiência de Louvain”, das quais fiz uma apresentação crítica em forma de artigo, que deliberadamente publiquei em nossa *Revista das Ciências Humanas*, com um título homônimo, “Psicanálise na universidade: a propósito da experiência de Louvain”. Realizado em dezembro de 2000, em comemoração ao centenário da *Traumdeutung*, e organizado por professores do Departamento de Psicologia Clínica (a partir de 2001, “Unidade de psicologia clínica: antropologia, psicopatologia e psicoterapia”), da Faculdade de Psicologia e das Ciências da Educação da UCL, o Colóquio vinha ao encontro do que começava a se tornar o eixo central de minhas preocupações de pesquisa. Inovou ao fazer a tentativa de avaliar, a partir da experiência acumulada ao longo dos anos na UCL, o “impacto real da psicanálise no seio da reflexão, dos ensinamentos, das formações e dos serviços que oferecem a universidade em seus vários campos de ação”, e o lugar que ela ocupa no trabalho teórico ou prático de numerosos pesquisadores das mais diversas disciplinas científicas. Endereçava-se aos membros da comunidade universitária, mas também, como escreveu Florence (2003, p. 5), “aos que no campo social e institucional ou na prática privada, referem-se à psicanálise como

⁹ Até mesmo pela quantidade de material bibliográfico trazido da Bélgica, tanto em 1998 como em 2004, sempre “dupliquei” deliberadamente meu trabalho com o uso da tradução da língua francesa – simultânea na sala de aula, mas precedida de leituras, minuciosas e demoradas, na mesa de trabalho. A propósito, mais de uma vez fui tradutor de conferências e palestras de professores que nos visitaram; e, para uso interno, na disciplina *Psicopatologia*, cheguei a traduzir um *syllabus* de um professor belga da UCL. Traduza também o artigo de André Bolzinger, “O Witz como modelo de escrita narrativa”, incluído no livro *Interfaces em psicanálise e escrita*, do qual fui organizador com Beatriz Guimarães.

método de investigação e de interpretação, como modo de tratamento ou como teoria de conjunto da vida psíquica do ser humano enquanto sujeito individual e social”. Jean Florence, autor do clássico *L’Identification dans la théorie freudienne*, foi membro da minha banca de doutoramento, e eu pude assim retomar com ele palestras proveitosas.¹⁰

Enfim, a quarta coincidência: justamente em 2004, foi publicado o primeiro número (dossiê temático: *La recherche en psychanalyse à l’université*) da revista *Recherche em Psychanalyse (Les cahiers de l’École doctorale de l’Université Paris 7)*, sucessora da importante e histórica *Psychanalyse à l’Université*, que tanto me serviu nas pesquisas desde os tempos de doutorado. Deste primeiro número da nova revista, destaco o artigo de Sophie de Mijolla-Mellor, de mesmo nome do dossiê, que, junto com vários trabalhos de Renato Mezan – a meu ver, o autor brasileiro mais consistente, abrangente e inclusivo, e um verdadeiro professor universitário de psicanálise – têm-se constituído, para mim (e meus orientandos), em guias luminosos numa temática à qual, sendo a psicanálise um método, os psicanalistas, paradoxalmente, não são muito afeitos. Há, no entanto, o que sustentar com o ponto de vista que no âmbito da academia a psicanálise propõe às concepções de ciência, do sujeito da ciência e da racionalidade. E reconhecer as dificuldades, resistências e oposições que este ponto de vista, bem como a linguagem utilizada para dar conta de suas descobertas suscita aos olhos dos outros saberes, significa igualmente evidenciar o diálogo que ela é capaz de estabelecer com outras disciplinas e avaliar os resultados desse diálogo para ambas as partes (multidisciplinaridade científica)¹¹.

¹⁰ O colóquio constituiu-se – depois de uma seção de abertura e das comunicações pontuais: o interesse da psicanálise para as outras disciplinas científicas; o desenvolvimento da psicanálise na UCL; a psicanálise e a psiquiatria; psicoterapias e psicanálises – dos seguintes *ateliers*: “Filosofia, ciências da linguagem, literatura”; “Direito, criminologia, ciências da família e sexológicas”; “Medicina, neurociências, desenvolvimento”; “Ciências sociais e antropologia, ciências das religiões, educação e formação”. Enfim, a plenária de conclusão, compreendendo uma conferência sobre “A abordagem da psicanálise para o ensino da psicologia clínica na universidade”, *compte-rendus* dos dois últimos ateliers da série, uma *mise-en-perspective* do colóquio e, naturalmente, a conclusão final, totalizando trinta e duas intervenções de pesquisadores de várias disciplinas científicas. A observar que este colóquio anunciava, elipticamente, “psicanálise na universidade”, enquanto suas atas, publicadas quase três anos depois, optaram por um “A psicanálise e a universidade”, seguido de “A experiência de Louvain”. Retomo o raciocínio de outro lugar (p. 10, acima): a conjunção parece impor (ou supor) certo nível de independência recíproca entre os termos em questão: intercambiáveis, aqui eles estão apenas dispostos na solução métrica mais agradável. Já a inversão “a universidade na psicanálise” resultaria, se não sem sentido ou improvável até o momento, certamente numa outra coisa.

¹¹ L. Althusser, filósofo marxista e um amigo da psicanálise – para usar a simpática qualificação de Jacques Derrida para os intelectuais e pensadores que incluíram a disciplina freudiana em seu universo conceitual – situava a função da psicanálise no eixo da pluridisciplinaridade e no campo das ciências huma-

Psicanálise na universidade: um processo

Como se sabe, os psicanalistas formam-se em instituições próprias e em nenhum lugar do mundo, na universidade. Por muitas e variadas razões, parece ponto pacífico não haver a respeito mudanças em vista. A própria psicanálise, que nasceu no consultório de um médico neurologista vienense e judeu, permanece ainda hoje – numa posição política igualmente defendida em sua totalidade pelos psicanalistas – uma profissão não regulamentada, exercida sobretudo em consultórios particulares, e nas instituições públicas, sob o guarda-chuva da psicologia ou da medicina. Pesa-lhe não esclarecer convenientemente suas relações institucionais com o Estado, do qual, é o preço a pagar, não pode reclamar qualquer proteção. Em troca, e de modo suposto, seu exercício estaria livre de “certa concepção de Bem que todo Estado, por mais laico e democrático que seja, segregava à margem, e que é conveniente seguir” (Marie, 2003, p. p. 21). (No Brasil, por exemplo, certa politização do ensino gerou sua contrapartida, uma reação muito mais ameaçadora e perigosa, a chamada “escola sem partido”, a outra face de uma mesma moeda ideológica – sem dúvida, exemplos contundentes da mão pesada do Estado.)

Na universidade de Viena, foi na condição de médico neurologista renomado, e não como fundador de uma nova disciplina científica, que Freud, *Privatdozent* desde 1885, atingiu apenas em 1901 a tão cobiçada (para profissionais liberais como ele) posição de *Professor Extraordinarius*, encarregado de cursos opcionais e não pertencentes ao currículo oficial de Medicina, mas “que nos Estados da organização monárquica confere por si mesmo muita autoridade” (Freud, 2013, p. 359). Contudo, desde sempre nas escolas de Medicina verificou-se a existência de uma “Psicologia Médica”, disciplina que tradicionalmente e por muitos anos difundiu a psicanálise no meio acadêmico brasileiro. Este papel, no seu devido tempo, coube também aos cursos de graduação em Psicologia. Afinal, como deixar de mencionar, em *Psicologia do Desenvolvimento*, a teoria freudiana do desenvolvimento psicosssexual? Como prescindir da psicopatologia psicanalítica, mesmo (ou até por isso mesmo) em tempos de prevalência do manual diagnóstico e estatístico dos transtornos mentais (DSM, na sigla em inglês)? Como falar em tratamento psicológico sem levar em conta que em grande parte as psicoterapias surgiram na esteira da psicanálise (muitos de seus fundadores foram antes psicanalistas), ou

nas; e a partir da questão aqui desdobrada conforme Naveau (2004): onde se situa a psicanálise? Quais são seu lugar e sua localização num espaço que ainda não existe? Quais são suas não fronteiras com disciplinas existentes?

nela se inspiraram contra ou a favor em seus fundamentos teórico-clínicos? Como falar, enfim, em psicologia clínica e método clínico sem topar recorrentemente com o freudismo?

Mas não terá sido por acaso que em nossa grade curricular a psicanálise nem sequer aparecia nomeando uma disciplina obrigatória, abrigando-se sob o título genérico (e ideológico) de “Escolas Psicológicas” – e isso até 2010, quando finalmente implantamos uma reforma de currículo¹². No entanto, desde os anos 1970, conforme registram Roudinesco e Plon (1998, p. 91-92), e eu próprio presenciei em minha própria graduação, “o lacanismo se implantou na universidade, em particular, nos departamentos de psicologia, trazendo [...] uma cultura e uma identidade para a profissão de psicoterapeuta, abandonada pela ABP (Associação Brasileira de Psicanálise), que tendia [...] a favorecer os médicos”. Ora, se destacado o papel dos departamentos de psicologia no “renascimento” do freudismo no Brasil (cf. Roudinesco, 1986), também é verdade que talvez constituam exceções os cursos de Psicologia da UFRGS, da UNIJUÍ e da Universidade Positivo, do Paraná, que reconhecem a importância de destinar à psicanálise um lugar mais diferenciado e proeminente em seus currículos. No mais das vezes vivencio, isto sim, uma tensão jamais explicitada, uma ambivalência que transita entre o acolhimento e a rejeição, que não faz bem nem ao curso de psicologia nem à psicanálise universitária, e muito menos ao professor que a sustenta.¹³

Para sermos justos, os “adversários” da prática universitária da psicanálise encontram-se ainda e igualmente entre psicanalistas e não psicanalistas. Parafraseio aqui o essencial do raciocínio de Mezan (2002): de *dentro*, como supostos donos de sua formação, transmissão e exercício, há os que são críticos, seja pelo risco da “intelectualização”, na versão IPA (Associação Psicanalítica Internacional, na sigla em inglês), seja por uma suposta e inevitável submissão às regras do “discurso universitário” (na versão

¹² Para a psicanálise, o novo currículo do Departamento de Psicologia da UFSC representou uma mudança estritamente simbólica, nesse sentido de passar a nomear uma disciplina obrigatória. Mas uma *única*, porque, como “escola psicológica”, ela deve ser contemplada no currículo obrigatório com a mesma carga horária alocada para as outras Escolas.

¹³ Leva-nos, inclusive, a superver, e quem sabe, infundadamente. Assim, outras razões devem existir, nem serei o único nessa condição – e talvez mesmo tal exemplo retire desta percepção sua força probante –, mas sempre me perguntei por que nunca tive a honra de participar como membro de uma comissão julgadora de concurso público para professor em nosso Departamento, se já fui convidado e (participei), por exemplo, na UFPR, do concurso público para professor adjunto da disciplina “Psicologia e Saúde na Abordagem Psicanalítica: Fundamentos, Supervisão e Pesquisa” (2005).

lacaniana), tomando-se como algo evidente que a universidade *só* produza discurso universitário e as instituições analíticas, *só* discurso analítico. Fora do campo analítico, os opositores da prática universitária da psicanálise são os defensores e guardiães do “método científico”, que em particular opõem resistência, por exemplo, à investigação dita *qualitativa*¹⁴. E de fato, em sua aplicação clínica, a psicanálise trabalha em profundidade com casos específicos, na convicção de ser “o mergulho na singularidade [de um caso] que permite extrair dele tanto o que lhe pertence com exclusividade quanto o que compartilha com outros do mesmo tipo”, adquirindo desse modo “um valor que se pode chamar de *exemplar*” (Mezan, 2002, p. 430).

Como disciplina que lida com fenômenos ou processos que não se apresentam de maneira unívoca e comportam diferentes apreciações, a psicanálise trabalha igualmente no plano da singularidade, segundo o ponto de vista de que “o ‘caso’ singular é ao mesmo tempo o acesso ao universal e seu ‘fiador’ (*garant*)” (Assoun, 1997, p. 14). Tal posição certamente não exclui um efeito cumulativo: apenas na aparência um “pequeno novo fragmento da teoria” se baseia numa única observação, lembra Freud (1973, p. 192) em “A predisposição à neurose obsessiva”, de 1913. “Na realidade, [este pequeno novo fragmento da teoria] concentra um grande número de impressões mais antigas, cujo sentido só advém depois da última experiência”. O conhecimento psicanalítico dá-se, portanto, *a posteriori* – isto é, como resultado da experiência ou dela dependente. Apoiada na empiria, seu objeto não se presta (ou se presta menos, talvez seja possível precisar) a procedimentos experimentais (Silva, 1993); e a não observância estrita de alguns critérios não é e não pode ser um demérito em si, se levamos em conta a ideia de epistemologias históricas e regionais, no sentido de Bachelard e Canguilhem¹⁵.

¹⁴ “O ensino de Psicanálise na Universidade é polêmico entre os psicanalistas. Há [os] que defendem, como Grosso (1992) no artigo ‘Pensar la Universidad’, que não se pode transmitir a Psicanálise como qualquer outro saber e que, portanto, os estudantes não podem chegar a ser psicanalistas valendo-se do ensino que recebem na Universidade. Há outros, como Roudinesco (2000), que afirmam que é na Universidade, principalmente nos departamentos de Psicologia, e não nas instituições psicanalíticas, que se há de preservar a vanguarda do freudismo” (Rosa, 2001, s/p).

¹⁵ Conhecidos por nomes diversos – observação, experimentação, quantificação, causalidade antecedente, inferência, previsibilidade, verificação, refutabilidade, falseabilidade, reapplicabilidade, generalização, formalização, transmissibilidade – e hierarquicamente valorizados, alguns desses critérios são de fato mais afeitos ao campo experimental. Mas seu cumprimento sem mácula não constitui para ninguém partida ganha (quem atiraria a primeira pedra?), nem garantia de máximo rigor intelectual. “Cada prática, cada ciência contém em si seus próprios critérios de validação”, e se trata de uma posição idealista em filosofia buscar “um fundamento exterior para a verdade. Cada ciência funda sua própria verdade...” (Evangelista, 1984, p. 194). O critério de cientificidade de uma teoria depende muito mais de sua capacidade perma-

É também oportuno assinalar que a inserção da psicanálise na universidade brasileira deu-se de outra maneira na pós-graduação, onde em muitos de nossos centros ela é convocada como um método de investigação (e de tratamento, nas clínicas-escola), cujo conjunto de teorias psicológicas e psicopatológicas tem evidente apelo heurístico e explicativo. A criação de uma estrutura forte de pós-graduação no Brasil nas últimas três décadas possibilitou o ingresso da psicanálise no âmbito da pesquisa, ampliando seu espaço de atuação para além de um mero uso *prêt-à-porter* de suas teorias e técnicas. E a possibilidade dessa pesquisa se constituir igualmente no grande nutriente do ensino resultou no surgimento de novas e específicas questões, inexistentes quando no melhor dos casos, para a psicanálise, a universidade não passava de um canal de divulgação.

Três eventos parecem estabelecer entre nós o divisor de águas e o momento áureo dessas reflexões, se levarmos em conta que a maior parte da bibliografia concomitante lhe é posterior. Em primeiro lugar, o XVIII Congresso Latino-Americano de Psicanálise, realizado no Rio de Janeiro em agosto de 1990, cujo tema foi justamente “investigação e psicanálise”. Para Silva (1993), esse congresso foi o resultado de uma convergência de interesses e perspectivas, detectada na preocupação crescente entre os psicanalistas com a qualidade e metodologia de sua produção teórica. Na mesma época, e inspirados no mesmo tema, diversos “psicanalistas engajados em programas universitários de pós-graduação” e que buscavam “conciliar o método psicanalítico com o método científico” reuniram suas contribuições e as publicaram em 1993¹⁶. No âmbito universitário propriamente dito, e em novembro de 1991, o “Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicanálise” (Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica – PUC-SP) promoveu o “I Encontro de Pesquisa Acadêmica em Psicanálise”. Sucedido por um segundo, em 1992, foram ambos registrados em atas publicadas dois anos depois, e nos dois primeiros números da revista *Psicanálise e Universidade*, da PUC-São Paulo. Na abertura do Encontro, Mezan (1994) lista algumas das questões que o animaram, das quais alinhavo as mais pertinentes: como se dá o processo de implantação da nossa dis-

nente de reinterpretar os modelos antigos em função de uma experiência adquirida do que de sua aptidão para inventar novos modelos explicativos (Roudinesco & Plon, 1998).

¹⁶ Coordenado por Maria Emília Lino da Silva, este livro apresenta os seguintes textos: Pensar em psicanálise, de M. E. L. da Silva; O método psicanalítico, de Luiz Meyer; Que significa “pesquisa” em psicanálise?, de R. Mezan; Psicanálise: uma década pós-moderna?, de M. S. Copit e C. M. Hirschzon; A investigação em psicanálise, de A. R. Muniz; O uso do material clínico na pesquisa psicanalítica, de Gilberto Safra; Uma aventura: a tese psicanalítica – Entrevista com Fábio Herrmann, de M. E. L. da Silva; Pesquisa combinando técnicas projetivas e psicanálise, de R. Simon.

ciplina num meio que, não faz muito tempo, lhe era indiferente ou francamente hostil? Que problemas específicos advêm da decisão de redigir, ou de orientar, uma tese de psicanálise? Qual o lugar da prática clínica, como referente da teoria, num trabalho deste gênero?¹⁷

No plano mais propriamente político (política na teoria, ou nem tanto), e como área de conhecimento alheia aos procedimentos experimentais, lemos a denúncia segundo a qual, até aquele momento a psicanálise tampouco gozava junto às agências de fomento à pesquisa do mesmo grau de legitimidade dispensado às chamadas “ciências duras” (cf. Birman, 1994). E ainda mais: se esta restrição estendia-se também à história, à antropologia, à sociologia ou à economia – “este campo fluído das ‘ciências humanas’, que na distribuição de verbas pelas agências de fomento costuma ficar em grande desvantagem” (Mezan, 2002, p. 429) –, a disciplina freudiana contava então (conta?) com um agravante a mais: sua difusão universitária, vinculando-se à tradição psicológica e médica (psiquiátrica), foi como vimos ensinada através da psicologia médica, da psicopatologia e das disciplinas oferecidas nos cursos de psicologia. Sua emancipação teórica estaria assim na dependência da constituição de um campo próprio de pesquisa¹⁸, que não visaria, é importante acrescentar, formar psicanalistas *practiciens*, mas pesquisadores e professores universitários de psicanálise.

São muitas de fato as questões que os psicanalistas se colocam ao se pretendem na universidade. Complemento-as, parafraseando as formulações de Mijolla-Mellor (2004), cuja validade é universal e perene: o que a psicanálise apresenta de novo, de

¹⁷ Foram apresentados os seguintes trabalhos: Pesquisa de tipo teórico, de L. A. Garcia-Rosa; Problemas de orientação de teses de psicanálise, de F. Hermann; Pesquisa com material clínico, de Gilberto Safra; A clínica na pesquisa psicanalítica, de Joel Birman; Paineis, natureza e delimitação da pesquisa acadêmica em psicanálise, de Célio Garcia e Maria Emília Lino da Silva; Pesquisa teórica em psicanálise, de Renato Mezan; Trajetória de um pesquisador em psicanálise, de Sérvulo Figueira. A destacar, particularmente as intervenções magistrais de Garcia-Rosa e de Renato Mezan.

¹⁸ Em 2003-2004, na solicitação de bolsa ao CNPq, ainda não havia uma rubrica “psicanálise” (e subdivisões), e minha pesquisa abrigou-se em “história da psicologia”. Ora, a psicanálise é o seu método, neste sentido de ser o método psicanalítico, ou sua operação, o que sustenta toda pesquisa em psicanálise. Mais particularmente, na pós-graduação, pensamos em método como “arquitetura da tese”, como a forma de organizar os dados e pensar os problemas (Mezan, 1998), oriundos do material clínico, das questões teóricas e epistemológicas da psicanálise e das produções culturais, mas certamente impregnados de seu aparelho conceitual, que tem naturalmente uma dimensão cumulativa. Mas, como toda ciência historicamente digna desse nome, a teoria em psicanálise apresenta o estatuto de um saber ao mesmo tempo constituído e sempre sujeito a remanejamentos (Beauchamp, 1991). Sempre provisório, este saber é por definição menos importante que o método que possibilitou a sua construção. Este modelo, de ordem epistemológica, nos é dado pelo estudo do sonho, cuja interpretação é menos importante do que a reconstrução de sua *elaboração onírica*.

fecundo e de original? Que mudanças são ocasionadas pelo novo ponto de vista que ela propõe às concepções da ciência, do sujeito da ciência e da racionalidade? Que linguagem revela-se necessária para dar conta de suas descobertas? Que dificuldades, resistências e oposições essa linguagem e esse ponto de vista suscitam aos olhos dos outros saberes? Que diálogo, enfim, a psicanálise foi e é capaz de estabelecer ao menos com [as] disciplinas pelas quais seu fundador mostrou interesse tão intenso e curiosidade tão infatigável? Ou ainda: em que os avanços dessas disciplinas vizinhas, respondendo aos novos desafios de nossa história recente, encontraram uma caução do lado dos analistas?

Há uma história importante já percorrida no Brasil: tendo os psicanalistas se voltado com crescente interesse para a universidade desde os anos 1970, parece cada vez mais desnecessário à psicanálise se apresentar "de forma velada e travestida em psicologia clínica ou outra denominação adocicada" (Fleig, 1998, p. 29) – quer dizer, como fora antes do lacanismo. A observação, derrisória, já nem mesmo tem sua razão de ser, uma vez que, associada entre nós ao consultório privado e à herança médica, a expressão tende até segunda ordem a se tornar historicamente datada, e vem sendo substituída nos meios acadêmicos por *psicologia da saúde* (há quem proponha “psicologia clínica da saúde”). Em nosso curso, “Saúde e Processos Clínicos” é o nome de uma de suas grandes áreas de conhecimento (ou Ênfase Disciplinar, conforme o novo currículo), que no passado se chamaria psicologia clínica. A observar que se mantém o significante “clínica” (pois seria um equívoco jogar fora o bebê com a “água suja” do banho), assim como a expressão e a ideia de um “método clínico”. Ora, para Lagache, o método clínico definia justamente... a psicologia clínica, e, como já referido, dá nome à disciplina que, sob minha responsabilidade, levou-me aos argumentos seguintes, basicamente os mesmos do meu artigo de 2001.

Cabe antes historiar um pouco mais: em 1993, o psicólogo clínico belga Huber exprimiu o desejo de que “a psicologia clínica francesa se [libertasse] de sua fixação na psicanálise, [abandonasse] suas querelas locais e [retomasse] o diálogo com a comunidade científica internacional” (p. 11). E para resolver esses impasses, ele propunha direcioná-la para o caminho que na sua avaliação teria sido a tendência mundial desde os anos 1960 – entre outras considerações o fato de não se limitar “aos pontos de vista de uma escola, [desenvolvendo-se] num contexto cada vez mais interdisciplinar”. Esta “in-

terdisciplinaridade” não se restringia à fenomenologia, à psicanálise e à linguística, mas compreendia também a economia, o direito e as ciências ditas da vida e da saúde (Huber, 1993, p. XIV). Para Schraml (1973, p. 10), que entendia por psicologia clínica “a aplicação no domínio clínico dos resultados e métodos de todas as disciplinas psicológicas fundamentais específicas”, o termo método clínico “recobre todo procedimento de observação direta e minuciosa na entrevista ou nas situações experimentais definidas (situações de teste)”. Porém, lembrando que foi antes de tudo nas ciências da natureza que surgiu o hábito de definir uma disciplina segundo o método utilizado, onde ele é corrente apenas na pesquisa fundamental, o psicólogo clínico alemão acreditava ser “da natureza das ciências aplicadas ter que utilizar diferentes métodos e, por isso, [seria] racional defini-las somente por seu campo de aplicação”.

Ora, sabemos como há muitos anos este campo de aplicação tem-se caracterizado por uma tendência que, incluindo uma crescente utilização de procedimentos experimentais, reivindica entre outras coisas o ecletismo (ou uma formação eclética) em psicoterapia – uma opção arriscada, porque esta “unificação é promovida [a expensas de] todo rigor teórico e em benefício de algo como a eficiência das técnicas ou a harmonia a qualquer preço [...]” (Figueiredo, 2004, p. 197). Pois bem, revelando-se hegemônica, e colocando assim em questão a existência mesma de um método clínico como seu definidor, parece mais sensato que a psicologia clínica (ou o que dela resultar) renuncie ao epíteto e à noção. Entendo que em sua radicalidade histórico-conceitual o método clínico pressupõe duas dimensões paradigmáticas cuja observância estrita é própria da clínica psicanalítica: a *singularidade do sujeito* (uma exigência ética) e, conseqüentemente, a *contemporaneidade entre pesquisa e tratamento* (um pressuposto epistemológico). Este saber clínico é alcançado pelo “frescor da vida” que a situação transferencial restitui (Freud, 1926/1992, p. 274), e na escuta de alguém portador de uma realidade psíquica singular não levada em conta, no limite, em outras situações de investigação, como nos métodos experimental e probabilístico. Perverte-se a ideia original de um método clínico, em psicologia, se desprezamos em algum nível essas duas dimensões. Uma solução seria optar por “métodos clínicos”, no plural, mas cabe-nos ao menos duvidar se esta opção tem a legitimidade epistemológica que muitos de nós reivindicamos quando nos referimos às psicologias, ou ciências psicológicas, também no plural.

Pós-doutorado em Psicologia (2011-2012)

Entre outras propostas, o meu plano de trabalho, apresentado ao Departamento de Psicologia e a CAPES (desta vez, o meu organismo bolsista) para ser realizado também na Bélgica, onde estive sob a tutela do Professor Jean-Luc Brackelaire, incluíam começar a desenvolver o projeto de pesquisa intitulado “Os procedimentos metódicos na pesquisa e na escrita de Freud”; reler a obra de Freud sistematicamente e com objetivo definido; traduzir e revisar integralmente o livro de Pierre Marie; escrever em língua francesa, com vistas à publicação em revista estrangeira, o artigo “Vie et mort de la première théorie sexuelle”, e em português, “Sugestão e transferência no método psicanalítico de Freud”¹⁹. Estabeleci os seguintes segmentos temáticos na pesquisa bibliográfica: sobre o método de pesquisa em psicanálise; a escrita freudiana; a bibliografia contra e a favor de Freud; a psicanálise *hors cure*.²⁰

Antes de passar à descrição dessas tarefas, faço uma nova digressão para lembrar ter observado por conta própria, em 2003/2004, que “a psicanálise não estava mais na moda”, o que Jacques Derrida, em entrevista a René Major (2001, p. III) já assinalara dois anos antes, complementando: “... depois de ter estado desmesuradamente na moda” nos anos 60-70²¹. Na moda estava a psicologia cognitivo-comportamental (muito mais

¹⁹ Publicado agora em 2016, em *Psicologia: Ciência e Profissão*, com o nome de “Psicanálise e Psicoterapia: o fator da sugestão no ‘tratamento psíquico’” (v. adiante).

²⁰ A proximidade com o Professor Brackelaire estendeu-se aos seus orientandos da Ruanda e do Burundi, em sua maioria engajados em estudos investigativos clínicos relacionados ao sofrimento psíquico de seus povos como consequência dos genocídios (1993 e 1994). Em particular, com um deles, o ruandense Darius Gishoma, eu assumi uma orientação informal, extraoficial no que se refere à psicanálise, e por todos os motivos tocou-me ser citado nos *remerciements* de sua tese (*Crises traumatiques collectives d’Ihahamuka lors des commémorations du génocide des Tutsi : aspects cliniques et perspectives thérapeutiques*). Também fiz parte como professor convidado (e frequentei as atividades) do IACCHOS – Institut d’analyse du changement dans l’histoire et les sociétés contemporaines. A propósito, foi sempre frustrante nunca ter conseguido estabelecer um programa de intercâmbio entre as “minhas” duas universidades. Em 2011, do lado da UFSC, fazia-se antes necessário uma triagem entre verdadeiros e falsos intercâmbios, antes de autorizar novos. Do lado da UCL, a iniciativa deve partir do interesse de seus professores por algum programa, alunos, etc. Mas começo a ver uma luz no horizonte.

²¹ Vale a pena complementar o raciocínio de Derrida. Naquele tempo, ele diz, a psicanálise obrigava “o discurso filosófico a contar com uma lógica do inconsciente, com o risco de se deixar abdicar de suas convicções mais fundamentais, [...] de sofrer a expropriação de seu solo, de seus axiomas, de suas normas e de sua linguagem, em uma palavra, daquilo que os filósofos consideram como a razão filosófica, a decisão filosófica mesma, logo, sob o risco de sofrer a expropriação de tudo que – associando muito frequentemente essa razão à consciência do sujeito ou do eu, à representação, à liberdade, à autonomia – parecia garantir o exercício de uma autêntica responsabilidade filosófica” (Derrida, *apud* Major, 2001, p. III). Apenas complemento, modestamente e do ponto de vista da psicanálise: ao contrário do que possa parecer à primeira vista (e não apenas pelos motivos do grande filósofo), não há o que lamentar não estar

cognitiva e muito menos comportamental), como mostravam as dezenas de revistas no mostruário das novas aquisições da biblioteca setorial da Faculdade de Psicologia. A rádio *France Culture* (também notei desapontado) não programava mais, ou ao menos não mais com a frequência dos anos 1990, debates e entrevistas com psicanalistas; e o canal de TV franco-alemão *Arte* relegava para as 22h40 uma *soirée* temática sobre a psicanálise (aliás, a única em 2003/2004), quando antes, nos anos 1990, o horário nobre era com frequência reservado. Em contrapartida nada mudara no domínio editorial, bastando comparar, numa livraria parisiense, as dimensões das suas estantes com aquelas das outras ciências humanas, o que me foi comprovado pelo “pequeno (!) inventário de um domínio editorial em plena efervescência”, publicado no *Magazine Littéraire* de fevereiro de 2004 – de fato, uma quinta feliz coincidência, pois seu *Dossier*, consagrado à psicanálise, cujo título, “La psychanalyse: nouveaux enjeux, nouvelles pratiques”, vinha estampado na capa.

Mencionei “felizes coincidências” nas minhas atividades do primeiro pós-doutorado; neste segundo escolho relatar (de imediato) ao menos outra, embora o termo feliz não se aplique aqui à primeira vista e apenas do ponto de vista do pesquisador. Refiro-me às virulentas críticas a Freud e à prática clínica de um dado segmento da psicanálise, que tive a oportunidade de acompanhar de perto em seus desdobramentos e repercussões.

Bibliografia: contra e a favor de Freud

Esta bibliografia, que chamei de “contra e a favor de Freud” – tão frequente nas primeiras décadas da psicanálise que poderia dar nome a um gênero específico de literatura científica – remontou no meu caso, por um lado, às críticas hoje clássicas (Popper, Wittgenstein, etc.), e se concentrou naquelas mais recentes, cujo representante mais conhecido na França é hoje o filósofo Michel Onfray. A outra parte refere-se às respostas dos psicanalistas a essas críticas.

Já no seu nascimento, a psicanálise foi tida como uma moda vienense que não duraria muito. Passado mais de um século, ela permanece “uma disciplina que trabalha na ambiguidade de uma posição sempre instável, incerta porque condenada a colocar

mais na moda, quando levamos em conta os riscos (menores) de exposição ou vulgarização excessiva da qual ela jamais escapou. E, sobretudo, o risco maior de aparecer como ou prometer muito mais do que realmente é ou pode ser ou dar.

em questão as ‘boas formas’ da consciência” (Scarfone, 1999, p. 319). Conheceu na França – curiosamente o derradeiro país ocidental importante a acolhê-la – um desenvolvimento e um sucesso inegáveis entre 1950 e 1980, a tal ponto que, conforme testemunhou Anzieu, no artigo de 1979, aqui citado, dois terços dos psicólogos franceses eram então psicólogos clínicos e dois terços desses psicólogos clínicos, psicanalistas. Nas últimas décadas esses críticos se tornaram cada vez mais “barulhentos”. Com as pesquisas bibliográficas, observei que já em 1980 apareceu o livro do belga Jacques Van Rillaer, *Les illusions de la psychanalyse*, cuja repercussão teria chegado a se traduzir em algum sucesso de massa (e é provável que o tenha tido em mãos na década seguinte, quando fazia o doutorado). Deve-se registrar que seus propósitos foram devidamente respondidos pelos compatriotas com um livro coletivo chamado “Nos illusions de psychanalistes”. Em 1993, como também referido aqui, o também belga W. Huber, em seu *L'Homme psychopathologique et la psychologie clinique*, apontou os malefícios do que ele chamava de fixação na psicanálise.

Enfim, em 2005, foi a vez de *Le livre noir de la psychanalyse: vivre, penser et aller mieux sans Freud*, cuja repercussão pode ter atingido o próprio público-usuário do tratamento psíquico, que naquele momento se pôs em campo para processar psicanalistas que trataram de seus filhos autistas. Refiro-me à reportagem de capa do *Nouvel Observateur* de 19 de abril de 2012, “Faut-il brûler la psychanalyse?": “Um punhado de pais de autistas acabam de desferir um dos piores golpes jamais recebidos pela psicanálise”, era notícia alarmante: em oito de março daquele ano, sob pressão deles, um batalhão de 145 *experts* qualificaram de “não consensuais as abordagens psicanalíticas do autismo, [e não demonstrando eficácia], os psiquiatras devem colocá-las em questão”. Para uma mãe de autista, “nossas crianças sofrem de um transtorno de neurodesenvolvimento e têm necessidade de uma reeducação comportamental. Ora, nos propuseram cuidados psíquicos, como se eles fossem atingidos por uma doença mental [...]. Disseram que meu filho era psicótico, que apresentava os sintomas de uma depressão infantil”. Perguntava a reportagem: erro de diagnóstico e terapia inadaptada? Seja como for, o fato de os usuários “se revoltarem contra a *doxa* psicanalítica” foi tomado como uma “reviravolta”. Estamos falando da França, país que elegeu Freud, e cuja “disciplina dominou durante décadas, não somente a psiquiatria, a psicologia e a *prise en charge* da doença mental, mas também a maior parte dos campos intelectuais (filosofia, literatura, etnologia, política)”. Para a reportagem, enfim, o que teria sido a força da psicanálise há

quarenta anos seria hoje seu calcanhar de Aquiles: tendo humanizado a saúde mental, ela não teria evoluído no ritmo da ciência. “Tem tendência a fugir em nome da liberdade”, ao rejeitar em bloco o DSM²², os diagnósticos sintomáticos, as classificações na moda dos chamados novos transtornos mentais.

Mas é preciso ir devagar com o andor. Antes de tudo não devem ser aqui esquecidos as querelas locais e evidentes interesses político-econômicos em jogo na cena *psi* francesa. Não foi por acaso que o relatório do INSERM apareceu concomitantemente à publicação de *Le livre noir de la psychanalyse*. E em suas conexões políticas e institucionais com a emenda Accoyer, o relatório atacava diretamente a prática dos psicanalistas, numa evidente intenção política de afastar a psicanálise da universidade e das instituições de saúde pública – denúncia que de resto já conhecíamos em seus fundamentos desde 2000, com o importante livrinho de E. Roudinesco, *Por que a psicanálise?*

Em tal conjuntura, é preciso matizar muito bem as produções que surfaram nesta *nouvelle vague* crítica, pois, mais do que razões terapêuticas e clínicas, estiveram (estão) em jogo questões políticas e econômicas – e a nota a respeito do DSM é apenas um de seus mais evidentes e tristes segmentos. Requentadas e soníferas, essas críticas, que vão sempre nos interessar, demandam tempo para separar o joio do trigo – muito pouco trigo, aliás, e ainda assim de baixa qualidade²³.

²² Em vez de enfrentá-lo como se deve: “Os DSM simplificaram o problema da psiquiatria, ao fazê-la perder seu interesse pela singularidade. Mas isso funciona muito bem com os produtos farmacêuticos. Fazemos a promoção ideológica, política e epistemológica de um instrumento que era simplesmente um instrumento de pesquisa de laboratório, tanto do ponto de vista da psicologia e da psiquiatria, como do ponto de vista da indústria farmacêutica [...]. Não é mais científica! São práticas sociais e políticas em expansão e que exploram descaradamente a cultura ‘poujadiste’ de nosso tempo, consequência de uma confusão e de um desespero políticos profundos!”. É o que denuncia Gori (*apud* Mendelsohn & Le Vaguerèse s/d) em entrevista ao *Oedipe*, e ao comentar relatório de avaliação das psicoterapias produzido pelo INSERM (Instituto nacional da saúde e da pesquisa médica): “Essa pseudoavaliação também se articula com a questão dos reembolsos dos tratamentos psicoterapêuticos, podendo então sua cobertura basear-se numa racionalização econômica pseudocientífica das escolhas ‘terapêuticas’. Mais uma vez estamos diante de um processo político: os psicanalistas não souberam se apoiar suficientemente nos movimentos sociais para defender sua posição e denunciar esses métodos terapêuticos para os gatos e os ratos”. São tempos de muita crispação.

²³ Apesar de tantas vezes ideológicas, preconceituosas, superficiais, panfletárias, e contraditórias na insistência em tomar o andaime pela construção, a literatura “contra Freud” (bem como as respostas consecutivas dos psicanalistas) sempre esteve no rol dos meus interesses de pesquisa. Mas foi com o pós-doutorado de 2011-2012 que privilegiei a busca de material bibliográfico, em particular, relacionado a esta última onda de ataques à psicanálise, cujo exame mais aprofundado logo eu tive a feliz oportunidade de realizar na condição de orientador da dissertação de mestrado de Letícia Vier Machado, *A “exceção francesa”: uma leitura sobre a psicanálise na França (2003-2005)*, de 2016. Letícia, cujo trabalho aborda ainda em detalhes os acontecimentos envolvidos no relatório do INSERM e da regulamentação das

Podem ser respondidas de várias maneiras, pois, afinal, nossa prática já é secular. Mas escolho uma linha de argumentação, que prezo deixar aqui muito resumidamente registrada, do filósofo Alain Badiou e na entrevista que se segue às reportagens do dossiê de *Le Nouvel Observateur*, e cujo título de capa, já referido, perguntava-se sobre a necessidade de queimar a psicanálise. No contexto da pergunta (“Será que devemos queimar a psicanálise?”), lembro que para o europeu o significante “queimar” está associado às fogueiras medievais em cujas labaredas arderam mulheres e homens hereges, prática retomada séculos depois pelos nazistas, que começaram pelos livros. Infelizmente, queimar livros (entre eles os livros de psicanálise, ou a própria psicanálise) nem teria sido uma evolução, como sugeriu Freud em 1938 com seu célebre *Witz* – então, apenas cáustico e mordaz até que os verdugos passassem ao Holocausto. A psicanálise não é uma luta contra a ignorância, mas antes um trabalho com a resistência, como lembra Gori (*apud* Mendelsohn & Le Vaguerèse s/d). E pouco importa de onde vem.

O argumento de Badiou, em 2012, é que os ataques à psicanálise deviam ser inseridos no contexto de uma “crise global da intelectualidade”, que se “caracteriza pela tentativa de substituir o ‘sujeito’ pelo indivíduo”, quando o primeiro é “o ser humano compreendido como uma rede de capacidades que lhe permite criar, partilhar, agir coletivamente, ir além de suas singularidades, o que é a condição da liberdade”. Embora sustentado por um indivíduo e suas singularidades – um corpo, uma identidade, uma posição social, pulsões – o sujeito é mais do que isso. “Ser sujeito é circular entre a singularidade e a universalidade, e é sobre esta lacuna que a psicanálise funda sua ação: ela ajuda o indivíduo a se tornar plenamente um sujeito”. O discurso da neurologia lhe parece então querer reduzir o indivíduo à sua dimensão neuronal, o que não passaria de um novo cientificismo. Badiou chega mesmo a fazer um apelo aos psicanalistas no sentido de parar com suas “querelas intestinas”, e se defenderem, encontrando “meios de satisfazer à nova demanda sem ceder a esse novo positivismo”. Uma luta contra gigantes, pois nela, como vimos, além do próprio Estado, estão envolvidas as indústrias farmacêuticas.

psicoterapias, começa assim o resumo de sua dissertação: “A ‘exceção francesa’ é uma expressão representativa da forma particular de implantação e difusão da psicanálise na França, tributária da relação que estabeleceu com a cultura e com diversos campos do saber. Associada naquele país à ideia de um saber *subversivo*, disseminado por Lacan na década de 1950, essa condição privilegiada não se conserva até hoje, adentrando mesmo, a partir dos anos 2000, em um campo de batalha”.

E. Roudinesco, na mesma entrevista, também não deixa de apontar a responsabilidade dos próprios psicanalistas por essa situação. Funcionando como corporações profissionais, suas sociedades haviam condenado a homoparentalidade, a procriação assistida ou o todo-poder das mães contra a função paternal – o que lhe pareceu grave, pois “em nome do complexo de Édipo, [eles] não têm por que se instaurar como polícia das boas condutas”. E “majoritariamente estetas céticos, desengajados da sociedade”, tampouco deveriam pretender tratar sofrimentos mediante um modelo antigo. “As patologias mudaram”, ela prossegue: “O ‘passo à frente’, de que fala Badiou” (colocar-se à escuta dessa nova demanda), “incluiria, no contexto da psicanálise, conduzir terapias curtas com sessões longas, como fazia Freud – na qual se fala às pessoas com empatia”. A análise clássica ficaria reservada a quem quisesse, pois nem todo mundo “tem vontade de explorar o subsolo de seu inconsciente”. Não estamos mais em 1900. “[...] a demanda hoje não é mais descobrir, mas frequentemente resolver uma situação concreta”²⁴.

Scarfone (1999, p. 320) tem razão ao afirmar que a Freud, se vivo fosse, não desagravariam tais manifestações críticas – ele que dizia duvidar da justeza de suas ideias quando elas obtinham muito facilmente a aprovação do público. “A psicanálise se inquieta quando não encontra resistência”, escreve o autor numa frase plena de alusões freudianas. Mas é verdade que os ataques são hoje de tal virulência que cabe perguntar sobre seu objetivo, consciente ou inconsciente, que parece ultrapassar a própria psicanálise. Porque, solidamente implantada no Ocidente, não é um exagero afirmar que a disciplina freudiana marcou a cultura de maneira profunda durante todo o século 20, mas sua relação com esta mesma cultura jamais deixou de ser problemática, levantando controvérsias e provocando reticências, mesmo no auge de sua popularidade. Freud (2005/1914, p. 250) não demorou a se dar conta disso: em *Contribuição à história do movimento psicanalítico*, ele escreve que “o destino inevitável da psicanálise é de exci-

²⁴ Ainda que por outras vias, minha orientanda Adriana Rodrigues – em seu trabalho de tese, *A psicanálise e a política de assistência social brasileira: um diálogo possível?* (2016) – percebe um “ponto de virada”, em certa “psicanálise distante e inacessível, mas ainda hegemônica e sempre em curso no Brasil: “Com o fortalecimento do SUS e a criação do SUAS, muitos são os psicólogos, psiquiatras e demais praticantes da psicanálise que adentram os serviços públicos buscando estar à altura da subjetividade de nossa época [...] do desafio deixado por Freud aos psicanalistas do futuro, o de adaptar nossas técnicas às novas circunstâncias”. Destaco ainda o relato de seu estágio na inovadora experiência com o sofrimento psíquico conhecida pelo nome de *La pratique à plusieurs*, na instituição belga de orientação lacaniana Le Courtil – Institut Médico-Pédagogique Notre Dame de la Sagesse na cidade de Leers-Nord (Bélgica), onde também estagiou Leticia Vier Machado, cujo artigo, “Rua da Fronteira, nº 14: Fragmentos da singularidade de uma experiência”, acaba de ser publicado na revista *Estilos da Clínica*, v. 21, nº 1, 2016, p. 218-234, e está disponível *online* (<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/estic/v21n1/a13v21n1.pdf>).

tar os homens à contradição e de exasperá-los.” Hoje, para desacreditá-la, recorre-se a métodos muito parecidos com aqueles do início do século passado, quando se lançavam rumores sobre a pessoa mesma de Freud, imputando-lhe todas as perversões sexuais das quais ele falava em seus escritos. “A psicanálise morreu”, afirma-se cada vez mais triunfalmente, como já observa Scarfone em 1999, que argumenta com precisão: se assim fosse, não se saberia por que sequer um dia se passa sem que lhe sejam aplicados novos golpes – e de toda ordem. Em muitos casos, percebe-se uma reviravolta. Por exemplo, para Roazen (1996 [1993], p. 254), “depois de um quarto de século de difamação, as teóricas do feminismo se deram conta de que a psicologia analítica (sic) é mais importante do que haviam acreditado à primeira vista. A terminologia de Freud tinha sido muito facilmente mal compreendida”.

A crítica é constitutiva e consubstancial à disciplina freudiana, pois o que esta propõe ao ser humano não pode deixar de desagradá-lo: a ferida narcísica por ela causada “à concepção que cada um se faz de si nunca lhe será perdoada [...]. Mesmo habituada à adversidade, a psicanálise não seria a psicanálise, contentando-se com considerações tranquilizadoras” (Scarfone, 1999, p. 320). Seu trabalho é indissociável de qualquer outro procedimento psicanalítico: não se condena uma resistência, pois é esse confronto com a resistência que cria sua abordagem original.

Bem a propósito, nas leituras durante o pós-doutorado, pude notar justamente o que me pareceu uma recuperação do conceito de *empatia*. Também se sublinhava, diante da violência que se tornou a tônica em nossa sociedade, um estatuto inédito para o conceito de *gentileza*. “Foi uma noção negligenciada durante séculos: para Hobbes, o homem é fundamentalmente mau; para Smith, ele é dirigido apenas por sua ganância; para Freud, por sua pulsão de prazer e de morte. É terrivelmente negativo, não?”, perguntava o ensaísta americano Jeremy Rifkin (*Le Nouvel Observateur*, n° 2488, 12/Jul/2012). Noutra edição de capa (n° 2490, 26/07/2012), com o sugestivo nome “La bataille du bonheur. Des philosophes contre le pessimisme”, a mesma revista anunciava, numa de suas reportagens sobre o tema: “Inquieta com os perigos que ameaçam a humanidade, a ideia de felicidade havia sido abandonada pela filosofia. Hoje, pensadores querem reconciliar lucidez sobre o mundo e possibilidade de ser feliz. Seu combate: resistir à tentação nostálgica assim como à escalada catastrófica”.

De fato, a posição central do *conflito psíquico* está fundamentalmente integrada pela psicanálise a sua trama de conceitos, ainda que nos seja cansativo considerar as coisas humanas por este ângulo, e preferimos a unidade do eu e de suas extensões – grupos, clãs, partidos, religiões, nações, raças – e com toda harmonia de discursos e atos. Recorro ainda a Scarfone (1999, p. 320): se quiser “permanecer conseqüente com seus conceitos mais fundamentais, a psicanálise não pode ignorar o conflito, que lhe diz respeito no contexto social”, mesmo se na contramão de algumas tendências atuais, e em particular de certas posições teórico-epistemológicas que pretendem uma hegemonia nas questões da alma. A seu ver, parece ter saído de moda interrogar a sociedade sobre o que às vezes ela inflige a seus membros, quando, “sem escutar suas dores e feridas, faz a doença corresponder a uma molécula química ou a uma terapia comportamental breve”. Por sua vez, Badiou e Roudinesco, na entrevista acima mencionada, insistem que “mais do que nunca é preciso defender a dimensão libertadora [da psicanálise]”, mesmo se ela “perdeu o contato com a sociedade”²⁵.

Ainda a registrar sobre essa temática uma última conjunção já no final da minha estadia. Ao buscar referências bibliográficas para a disciplina Ética Profissional, que me coube lecionar no imediato retorno do pós-doutorado, em 2004-2, encontrei um livro apropriado, na época bem recente, *Questions éthiques en psychologie* (Mardaga, 2003), de O. Bourguignon – “figura emblemática do censor dessa época sinistra [a partir de 1992]”, comenta Gori (Mendelsohn & Le Vaguerèse s/d) em sua entrevista aqui já referida mais de uma vez. Interessou-me de toda maneira seus pontos de vista sobre as relações entre psicologia e psicanálise na França, mas pude notar sua indisfarçável posição contrária à psicanálise, o que por vezes compromete a pertinência de suas discussões críticas. Em troca, havia referências bibliográficas, poucas mas imprescindíveis, na forma de artigos, que se “escondem” mais que os livros (e o que cai na rede é peixe). Seja como for, não seria jamais uma compensação à altura da estrita realidade de meu

²⁵ Laplanche (1980) defende a ideia de uma “extraterritorialidade” (*extraterritorialité*) como garantia para o analista, que nasce e se desenvolve apenas na marginalidade e na ruptura. Em todos os níveis: marginalidade da cura em relação às instâncias da vida cotidiana; da análise pessoal em relação aos requisitos e *inquisits* das sociedades de analistas; do exercício da análise em relação às profissões reconhecidas (médico ou psicólogo); das instituições analíticas em relação às instituições e aos reconhecimentos oficiais, etc. A psicanálise não deveria estar no centro de uma formação: por exemplo, na universidade, o ensino do freudismo deveria ser exterior aos outros domínios. Já para Leclair (1998) – no contexto de sua proposta de uma “instance ordinale” (controle de acesso e exercício de uma profissão) da psicanálise – a extraterritorialidade seria “um fantasma muito saudável, mas [...] em contradição com o que se passa hoje no mundo” (p. 354). Hoje, em vez de uma *ou* outra, a aposta talvez esteja em se guiar ao mesmo tempo pela marginalidade e pela implicação.

ensino. Voltando de um pós-doutorado, em que só fiz mergulhar no universo psicanalítico, fui escalado “pelo bem do Departamento” (conforme a exortação do colega na coordenação de ensino na época) para uma disciplina obrigatória que nada tinha a ver com os interesses específicos de uma vida, e mais imediatos de estudo e trabalho. Não foi a primeira vez nem seria a última, até mesmo por se dever a injunções de ordem estrutural.

Releitura da obra de Freud

“Reler em ordem cronológica a obra de Freud, visando a examinar detidamente e de maneira sistemática e rigorosa referências explícitas ou implícitas a procedimentos de ordem metodológica, utilizados formalmente na pesquisa e na escrita de sua psicanálise” – é o que estava proposto no meu plano de trabalho como uma das tarefas do pós-doutorado.

Metodologicamente, coloquei-me de acordo com a proposta de Quinodoz (2004, p. 13), que bem a propósito assinala haver várias maneiras de ler Freud, cada uma com suas vantagens e inconveniências, mas sempre complementares. Esta leitura pode ser pontual, por exemplo, quando selecionamos um artigo ou um livro, ou quando escolhemos um tema. Neste caso, “a vantagem é a possibilidade de examinar uma obra no detalhe – e os textos de Freud se prestam particularmente bem a uma leitura ‘talmúdica’, isto é, a uma análise do sentido de cada frase, mesmo de cada palavra, e a colocá-los em relação com outros textos”. Em contraposição, há a ideia de uma leitura cronológica da obra freudiana, que supõe percorrer sucessivamente seus principais trabalhos psicanalíticos, desde os *Estudos sobre histeria*, publicados em 1895, até *O esboço de psicanálise*, redigido em 1938, um ano antes de sua morte. “Ler as obras de Freud em sua ordem de aparecimento, sem se demorar, permite ao leitor entender a evolução de seu pensamento no decorrer de décadas”, escreve Quinodoz (2004). Aproveitamos melhor esse método se desde o começo ele é limitado no tempo, o que significa, com esta abordagem, não “consagrar a cada obra a análise detalhada que ela merece”. Tal decisão metodológica deve-se sobretudo ao fato de a leitura cronológica sustentar-se na ideia de não perder de vista o conjunto, “pois, quando se adquire uma visão panorâmica da obra freudiana, descobre-se que, frequentemente, as diversas correntes psicanalíticas privilegiaram certos aspectos em vez de outros”; e eu considero que sem essa percepção não há crítica nem um mínimo de autonomia. Pois há consequências: “constata-se [...] que esta focali-

zação tende a crescer à medida que se transmite de geração em geração, com o risco de deixar cada vez mais esquecidos outros aspectos da obra de Freud totalmente preciosos”.

Retenho ainda esta ideia do meu plano de trabalho: um mergulho continuado e cotidiano, intenso, amplo no texto de Freud, em contraposição a uma leitura coagida por uma pontualidade temática estabelecida a priori; retomar um antigo prazer, como as primeiras travessias do mestre, em vez de leituras “de encomenda” do dia a dia do professor. Tive limitações, no entanto: como não se tratou da única tarefa do pós-doutorado, só logrei “fichar” seis volumes da obra (em 20); em troca, retirei tudo o que me interessava do 2º ao 9º volume – o primeiro (*Premiers Textes*), o quinto (*Psychopathologie de la vie quotidienne*) e o sétimo (*Le trait d’esprit*) encontravam-se ainda em preparação editorial. Havia meu interesse em reler esses trabalhos, que conheço bem, numa mesma proposta de tradução, inclusive acompanhada do volume à parte com o nome de *Traduire Freud* (1989). Enfim, este método (cronológico) foi ainda escolhido visando ao outro lote de meu plano de trabalho: observar detida e interessadamente a escrita de Freud, mas desta vez orientado e esclarecido objetivamente e não de passagem pelos estudiosos, em particular, pelos livros de Patrick Mahony²⁶.

Sobre a escrita freudiana

Logo observei que o interesse temático exclusivo e a conseqüente literatura sobre a “escrita freudiana” – ou seja, a maneira particular e convenientemente apropriada de Freud transmitir suas descobertas neste campo do saber, o dos processos inconscientes que ele próprio inventou – concentra-se entre fins dos 1970 a início dos anos 1990. Uma década e meia, portanto, ainda que o artigo pioneiro de W. Muschg seja de 1930, o de J. Schotte, expoente da psicanálise universitária na Bélgica, de 1977, e de 2003 o livro de Al-

²⁶ Destaco ainda ao longo daquele ano sabático, como leituras de apoio importantes (fontes secundárias, na terminologia de U. Eco), além da releitura da correspondência de Freud a Fliess, os prefácios de várias de suas correspondências (já anteriormente lidas); os dois volumes *L’auto-analyse de Freud et la découverte de la psychanalyse*, de Didier Anzieu, uma obra clássica que me faltava (esgotada, consegui comprá-los no sebo); as oitocentas páginas do magnífico *Le siècle de Freud: une histoire sociale et culturelle de la psychanalyse*, de Eli Zaretski; o livro de Janine Altounian, *L’écriture de Freud. Entre séduction et inspiration: l’homme*, e a série *Problématiques*, de Laplanche, em particular suas “introduções metodológicas”; o livro coletivo de A. Haynal, E. Falzeder, P. Roazen, *Dans les secrets de la psychanalyse et son histoire*; o livro do próprio Roazen, *Mes rencontres avec la famille de Freud*; o livro editado por F. Martens, *Psychanalyse, que reste-t-il de nos amours?*; o livro organizado por R. Jaccard, *Freud, jugements et témoignages*; o livro de R. Perron, *La raison psychanalytique. Pour une science du devenir psychique*; o capítulo de livro de François Roustang, “Du style de Freud”; o artigo de Conrad Stein, “Sur l’écriture de Freud”; o capítulo de livro de Maurice Dayan, “Le style de l’allégation du discours fondateur”.

ounian. Entre os autores, franceses em sua maioria, cujos textos contam – Muschg, Schotte, Derrida, Pontalis, Roustang, Stein, Altounian, P. Cottet – destaquei particularmente os trabalhos de Mahony, canadense, que eu não avaliava até então convenientemente em sua abrangência e profundidade, e muito menos como leitura incontornável, sistemática; e no meu próprio caso, para além do período do pós-doutorado²⁷. Cruzando bibliografias, incluindo artigos, teses e dissertações que abordam ou tangenciam o tema no Brasil, notei que afora Mahony, e assim mesmo restritamente (o que é uma pena), os outros autores não são citados pelos brasileiros. Talvez não por muito tempo, pois um novo ciclo de interesses de pesquisa tende a se abrir com as novas traduções da obra freudiana (no Brasil e em todo lugar)²⁸. Não por coincidência o livro até então mais recente de Janine Altounian, *L'écriture de Freud: traversé traumatique et traduction* (Paris: PUF, 2003) refaz esta ponte óbvia entre os dois temas – a escrita de Freud e sua tradução, que a rigor nunca estiveram de fato separados.

“Se nós sabemos muito sobre a vida de Freud, mais provavelmente do que sobre a vida de qualquer outro personagem histórico”, escreve Roazen (1996/1993, (p. 247), “o mistério subsiste quanto à maneira pela qual se opera [sua] criação”. Ora, os autores aqui citados, embora em número restrito, têm muito que nos ensinar. Mahony, em seu livro *Freud, l'Écrivain* (na tradução francesa), que utilizo amplamente a seguir²⁹, advoga a necessidade de se concentrar sobre a “língua freudiana” para poder dar uma “explicação psicológica do gênio de Freud”. A seu ver, em que pese a indispensabilidade de certas qualidades na grandeza de sua obra – faculdades de observação, exatidão de jul-

²⁷ Uma empreitada sistematicamente levada a cabo com Erikson Kazsubowski, na época, meu orientando no doutorado, ao longo de um ano (2014) de reuniões semanais.

²⁸ Sofremos, com Freud em português, de uma espécie de maldição. Entre 1970 e até cair em domínio público, na virada de 2010, a obra freudiana lida no Brasil foi traduzida do inglês e não diretamente do alemão, resultando mediante todas as formas de atraiçoar num monstro cheio de armadilhas e falsificações, de cujos efeitos se livrarão apenas as novas gerações de leitores. Conforme lemos em *Versões de Freud*, de Pedro Heliodoro Tavares, nosso ex-aluno e hoje ele próprio um cuidadoso tradutor de Freud – já havia em 1911 três novas traduções brasileiras feitas diretamente do alemão (L. A. Hans, P. C. Souza e R. Zwik). Deve-se louvar o fato de que finalmente podemos ler Freud em nossa língua. Não é mera impressão, pois os tenho utilizado variadamente e feito cotejamentos sistemáticos com o francês, desde 2013, nos meus cursos. A lamentar apenas idiosincrasias na escolha terminológica do vocabulário técnico, insensíveis à história dos antigos leitores brasileiros de Freud, e fonte de confusão para os novatos.

²⁹ A propósito, o livro de Mahony foi publicado no Brasil em 1992, pela Imago, com o título *Freud como escritor*, e pode ser ainda encontrado nos sebos virtuais (“tipo: seminovo/usado”). De toda maneira, é da minha responsabilidade sua tradução aqui neste Memorial, bem como de todos os outros livros e revistas aqui utilizados em língua francesa.

gamento e poder de dedução –, ainda assim elas ocupariam uma posição secundária em relação a seu gênio linguístico: “Freud apresentava seus trabalhos sob a forma bem ordenada de artigos científicos, que dão a impressão de ser o resultado de observações abundantes e únicas em seu gênero”, seguidas de intensas reflexão e argumentação, unidas a comparações com os dados brutos de observação, aos quais, por sua vez, constantemente faz referência: “É muito provável que se possa um dia demonstrar que esses artigos não foram senão a forma elaborada e cientificamente correta do que já fora, num plano linguístico, previamente esboçado” (p. 19).

A considerar, em primeiro lugar, a multiplicidade de gêneros a que o fundador da psicanálise se consagrou em seus escritos: a história, a biografia, a correspondência, as conferências, o diálogo, as histórias de casos, os tratados científicos que abrangem múltiplos temas e, enfim, *A interpretação do sonho*, “que é um escrito *sui generis*” (p. 22)³⁰. Muschg (1977), o primeiro a se debruçar criticamente sobre o texto freudiano (em 1930, ano em que Freud recebeu o prêmio Goethe de literatura, o único realmente importante em sua vida), sublinha sua atenção para com a formulação, a justeza das imagens e metáforas, o lúcido cuidado na condução do leitor, o talento de narrador... Em seu comentário ao artigo de Muschg, Jacques Schotte (1977) afirma ser um texto essencialmente incompleto, não dogmático e progressivo: seus retornos continuados sobre si mesmo desenvolvem-se paralelamente à progressão de sua teoria. Como tal, o “nós” freudiano não é majestático, mas um artifício que surge em sua pena antecipando reações afetivas, dúvidas, questões, objeções e críticas do leitor. Não raro ele chama a atenção sobre seu próprio discurso e seus procedimentos, numa espécie de “metadiscorso”. Recorre constantemente a sua expressão favorita “nós sabemos” (ou ainda, “eu lhes proponho” ou “outro meio se oferece a nós”), e adota uma dinâmica que consiste em começar uma frase, para em seguida modificá-la antes de retomá-la uma vez mais, nu-

³⁰ “*A interpretação dos sonhos* é muitas coisas: um tratado erudito, um conjunto engenhoso mas lúcido de normas para interpretar sonhos e uma ousada teoria científica dos sonhos, sobre a qual se erigiu uma psicologia revolucionária do inconsciente. Mas é também uma janela para a vida interior de seu autor e um diário íntimo da vida e da obra de um médico judeu culto, que viveu na Viena do *fin-de-siècle* e registrou com ironia e humor a vida privada de seus pacientes cultos e espirituosos, assim como a sua. Sob um disfarce imperfeito mas deliberado, o livro mapeia uma aventura, uma jornada em busca de um Santo Graal científico que tornaria rico, honrado e famoso para sempre o seu descobridor. E, por último, numa prosa de grande excelência, com apartes e reflexões sobre as fraquezas, as falhas e as motivações profundas de todas as seres humanos, ele pertence à tradição dos ensaios de moral. *A interpretação dos sonhos* é todas essas coisas, mas é também algo mais: é o documento fundador de um novo movimento científico, assim como fora, quarenta anos antes, *A origem das espécies*, de Darwin” (Forrester, 2000, p. 52).

ma prosa que se pode chamar de psicanalítica. Para Joan Rivière (*apud* Mahony), a escrita freudiana é não apenas direta e franca, mas consciente da existência dos leitores e auditores, como que se dirigindo diretamente a eles no esforço de lhes expor ideias que lhes sejam acessíveis. Em uma palavra, o formato “conferência”, em fala direta ao leitor, esse desejo de intimidade na comunicação, uma constante no texto freudiano, manifesta-se igualmente através da facilidade com que utiliza o diálogo (gênero no qual se sobressai, lembra Mahony), “sempre matizado de uma nota socrática”.

Em contrapartida, Freud rejeita explicitamente “intenções polêmicas ou erísticas” e de maneira reiterada pede a seus leitores e interlocutores para “suspender o julgamento a fim de deixar o texto agir sobre eles”. Mas, ainda que possamos encontrar passagens obscuras em sua obra, o hermetismo não faz parte de sua escrita, como é o caso de Jacques Lacan, cujo estilo é “deliberadamente polissêmico e ambíguo, elíptico e poético”, beirando, como escreve Mahony (1992, p. 87) sem pudor, uma “excentricidade de exibicionista, desagradável e egocêntrica”. Freud, ao contrário, busca sempre elucidar e não a obscurecer a mensagem. Em várias obras atípicas, a impressão de que escreve apenas pra si mesmo é tão forte que por momentos o leitor se sente um intruso. Mesmo nesse caso, prossegue nosso autor, quando chegamos a esperar que o estilo freudiano anuncie aquele de Lacan, revela-se muito diferente, pois “não há a busca do efeito espetacular, da elipse ou da ambiguidade deliberadas”. Sem se permitir ser obscuro, Freud tolera com dificuldade uma falta de clareza ocasional e inevitável. “O processo secundário é nele mobilizado a tal ponto que permite ao leitor tirar proveito mesmo quando ele tenta clarear o sentido de seu texto unicamente para si mesmo”.

Os momentos nos quais melhor escrevia, segundo ele próprio, foram aqueles em que se deixava guiar por um impulso interior, e por isso, propõe Mahony, não lhe faremos nenhuma injustiça se o lemos num “estado de atenção flutuante, com tudo que esse oxímoro implica, a saber, o relaxamento da concentração que exige a disponibilidade da atenção flutuante, e no oposto, o superinvestimento que exige a atenção” (p. 169-170). Como uma característica de seu método científico, Freud expunha descobertas não ainda confirmadas, qualificando suas opiniões como ainda não concludentes. É retomada aqui uma afirmativa *tranchant* do mestre vienense: “Os espíritos medíocres exigem da ciência uma espécie de certeza que ela não pode dar, [isto é], uma espécie de satisfação

religiosa. Apenas alguns verdadeiros e raros espíritos científicos podem suportar a dúvida, que está ligada ao conhecimento”.

Por vezes acontece de interromper uma série de asserções que acaba de fazer, colocando-as subitamente em dúvida. Pode emitir observações com as quais voltam contra si mesmo sua ironia e julgamento crítico. Outras vezes, recorre ao método inverso: começa por uma série de enunciados hipotéticos para passar sem transição a uma generalização surpreendente. Seus textos exigem assim uma leitura extremamente prudente e cheia de tato, sendo conveniente reduzir o alcance de algumas de suas afirmações universais, e harmonizar suas contradições. “Seu estilo de exposição é autenticamente didático, e exige que o leitor participe com simpatia na construção, na reconstrução e na desconstrução do texto” (p. 126). Ao utilizar frequentemente analogias – que podem servir como modelos conceituais, ilustrações ou simples construções retóricas – uma condição é imposta por Freud: não tomar o andaime pela própria construção, pois “o psiquismo é algo de único e de tão particular que nenhuma comparação isolada poderia traduzir-lhe a natureza” (p. 150). O caráter epistemológico de sua escrita reflete-se na escolha de palavras precisas que jamais deixa de especificar a qualidade imediata do saber: entre suas palavras-chave, encontramos *supor*, *evidente*, *reconhecer*, *suspeitar*. Procedia essencialmente por indução e assinalava sem ambiguidade as raras ocasiões em que recorria à lógica dedutiva.

Lembra ainda o psicanalista e linguista canadense (e minha persistência em aqui difundir suas chaves de leitura é também uma homenagem ao próprio Freud): enquanto a maioria dos pesquisadores recorre ao tempo passado para descrever em seus textos uma descoberta anterior, ele recorre a um discurso no presente: “... uma parte [de seu] método de investigação típico [...] consiste em apresentar seu pensamento como se ele estivesse em vias de ser concebido” (p. 246). Em seus ensaios científicos, seu “objetivo principal [...] foi misturar a tese e a prova da escrita demonstrativa às características do discurso de exploração, pelo qual a ele se fazia necessário, em conjunção com o leitor, pesquisar, anteciper, aceitar e rejeitar” (p. 253). Com frequência, a impressão de frescor de sua escrita deve-se a este “estilo genético”, destinado ao “auditor crítico”, isto é, retomar com as palavras o caminho antes percorrido pelo pesquisador. Para Mahony, enfim, “é precisamente dessa maneira que Freud conduz o leitor a participar na construção

de teorias e que responde a suas objeções no decorrer de seu “trabalho comum” (p. 242).

Resta-me testemunhar o quanto eu sabia de tudo isso, muitas vezes tacitamente. Contudo, depois de décadas lidando com a obra de Freud, sua história e da psicanálise, percorrida mais de uma dezena de suas biografias, praticamente toda sua vasta literatura epistolar publicada em francês e português, depois de buscar precisar a vida inteira as questões de tradução da “língua freudiana”, tenho a nítida percepção de que esta minha (re)leitura de Freud, iniciada no pós-doutorado, vem se tornando muito mais refinada, rigorosa e... facilitada. Ganhei mais autonomia e segurança para encarar na universidade, por exemplo, as 700 páginas de *A interpretação do sonho*, as trezentas de *Psicopatologia da vida cotidiana*; e há alunos, alguns desde o início dessa jornada, interessados em atravessar as centenas de páginas do livro sobre o chiste (*Witz*) em meus seminários de extensão que acontecem desde 2013-1.

Mas quero ir além, na esteira da aposta embutida no meu plano de trabalho, e reforçada com Mahony: a leitura atenta e sistemática de Freud nos familiariza justamente com um método próprio de pesquisa e escrita (digo método no singular, acreditando que ambos estejam imbricados), cujo interesse (nos dois níveis, portanto) não pode ser negligenciado pelos pesquisadores em psicanálise. Quero dizer que para além do conteúdo de sua obra aprendemos também com Freud a pesquisar e a escrever; em particular, nossos mestrandos e doutorandos, que nas dissertações e teses lidam com desafios incontornáveis em ambos os domínios, podem se beneficiar com a formalização explícita desse conhecimento.

A psicanálise fora do tratamento

A clínica é certamente a *situação* analítica por excelência. É essencial, concordam os analistas, mantê-la pura, aprofundá-la, fazê-la trabalhar, renová-la. Contudo, denuncia Traversier (2000), para evitar os “desvios da psicoterapia” conserva-se em troca o modelo elitista do consultório privado. A autora se pergunta com pertinência: é suficiente? Não seria o caso de ampliar o campo da psicanálise, e para mantê-la viva, tentar fazê-la sair de seus muros? Afinal, ela não pode escapar dos movimentos da cultura – ela própria constitui um movimento cultural. No começo do século, como se sabe, Freud buscava inspiração não apenas na experiência do tratamento, mas também em outros domínios: “psicopatologia da vida cotidiana”, “Leonardo”, “Schreber”, “psicologia das mas-

sas” e outros temas são o resultado desse trabalho. *Angewandte Psychoanalyse* – a psicanálise aplicada – era um lugar de descoberta que então não tinha conotação pejorativa. Para ele, a psicanálise “dentro” e “fora” dos muros do tratamento tinha o mesmo valor, e os dois registros serviam para desenvolver a teoria e o método psicanalíticos. Mas durante muito tempo esta maneira de pensar foi posta de lado: mal-amada, a psicanálise aplicada viria a sofrer do estigma de não ser psicanalítica. Fenômeno francês, por excelência, tal opinião era compartilhada por Lacan: “A psicanálise só se aplica, em sentido próprio, como tratamento, e, portanto, a um sujeito que fala e que ouve”, indicando com isso que “qualquer outra forma de aplicação só poderia sê-lo num sentido figurado, isto é, imaginário, baseado na analogia e, como tal, desprovido de eficácia” (Roudinesco & Plon, 1998, p. 608). Uma opinião de peso – e discípulos trataram de difundir-la em seu gosto pela *langue de bois*, e despreocupados com sua fundamentação e contextualização.

Diversamente, Jean Laplanche (1987) nos convida, mais próximo do Freud de *Análise leiga*, a distinguir entre diferentes domínios e aplicações, e como professor universitário, a situar a psicanálise em relação a outros domínios³¹. Usando termos como psicanálise *hors-cure* [fora do tratamento] ou *hors-les-murs* [fora dos muros], buscou afastar equívocos embutidos na expressão “psicanálise aplicada”, no entendimento de que uma boa conceituação pode afastar os mal-entendidos e as críticas inúteis. Para ele, a psicanálise aplicada – nos mais diferentes domínios, e em contraposição à *psicanálise pura*, a *metapsicologia* – era também um lugar de descoberta, assim como a transposição de um método, precisando que *não se transpõe uma teoria, mas um método*. Por

³¹ Para Mijolla-Mellor (2004, p. 42), quando, em “O interesse da [ou na] psicanálise”, Freud (1984/1913) mostra em que a sua disciplina pode interessar à psicologia, às ciências da linguagem, à filosofia, à biologia, à história da civilização e, enfim, à estética, ele pode dar a impressão de ser imperialista, enquanto, de fato, não faz mais do que prolongar o que foi o movimento mesmo de seu próprio pensamento, “interessado” por todas essas disciplinas. A perturbação fecunda que representa a introdução do inconsciente, para além do tratamento, nas relações com as outras disciplinas, as ciências humanas e também a arte, a literatura, a medicina, o direito e outras, permite que se amarrem novas e inesperadas conexões. Deve-se, no entanto, perguntar sobre como fazer e qual método seguir para alcançar tais aproximações e, sobretudo, permitir alguma fecundidade. Como fazer para que “o ponto de vista da psicanálise não seja pura e simplesmente rejeitado como não pertinente, mesmo como impertinente” – nesse sentido de pretender “um imperialismo do saber assentado sobre uma linguagem esotérica, como tantos ‘cientificistas’ não cansaram de alardear ao longo da história da psicanálise”. “Interações da psicanálise” é a proposta da professora (continuadora do trabalho de Laplanche e companheiros, em Paris VII) para nomear essa confrontação dos discursos mantidos por diversas disciplinas sobre um mesmo objeto, de tal forma a permitir destacar as especificidades de cada uma. Apontando assim e com o mesmo argumento os limites da interdisciplinaridade, não se trata de buscar uma unidade dialógica, a seu ver, ilusória, mas ao contrário permitir a cada disciplina desalojar reais especificidades, às vezes mesmo oposições, por trás de aparentes similitudes nocionais.

esta via defende a legitimidade de desenvolver a psicanálise na universidade, mas aponta a dificuldade para o aluno se localizar num campo permeado de posições divergentes. Leva ainda em conta questões do ensino a não analisando e diferenças entre ensino e transmissão.

Mas ele critica a expressão “psicanálise aplicada” dos tempos de Freud porque em nossos dias ela é geralmente utilizada para tudo que está fora do tratamento; além de repudiar a ideia que pretenderia transpor para outro domínio uma metodologia e uma teoria particulares originárias do tratamento sem repensar o contexto. *Application*, no seu entender, suporia que a partir de um domínio privilegiado, que de fato é o tratamento, uma metodologia e uma teoria seriam abstraídas e em seguida remetidas sem mais nem menos a outro domínio – da mesma maneira que a ciência aplicada do engenheiro, ao construir uma ponte, é apenas uma engenhosa derivação dos conceitos fundamentais da física ou da mecânica. Certamente, assentado na ideia da singularidade, Freud não trabalhou assim; e “quando consideramos que um caso como o de Schreber ou como o de Leonardo, tão centrais para o progresso do pensamento freudiano, pertence à psicanálise fora do tratamento, fora dos muros...” (Laplanche, 1987, p. 14-15). Em Freud, este pensamento fora dos muros não se coloca hierarquicamente em segundo plano, seus resultados são sempre extraídos do contato com um objeto e na busca com esses trabalhos de subsídios para avançar teoricamente.

Por exemplo, o estudo sobre Leonardo da Vinci, tão importante para a psicanálise no terreno da sexualidade, não foi uma aplicação gratuita (Mijolla-Mellor, 2004, p. 44-45). Há uma lógica que impele Freud para este trabalho, e por isso ocupa um lugar nos prolongamentos da teoria freudiana. Mas há mais do que isso. “É provável que Freud, como descobridor, sentisse afinidades profundas com Leonardo, as quais, dada a dimensão narcísica nelas implicadas, diriam respeito à dimensão autoanalítica indissociável de toda pesquisa em psicanálise”. A argumentação da autora é precisa: “Leonardo da Vinci ou Michelangelo não têm obviamente nada a fazer com as interpretações de Freud”, mas, em troca, estas foram um ganho para a teoria psicanalítica. Sem se restringir assim à fala de seus pacientes, seus estudos sobre uma obra de arte ou literária desenvolvem e colocam à prova o método psicanalítico, impelindo-o aos limites de sua compreensão. Além disso, “frente a Leonardo ou Michelangelo, nós estamos na mesma situação de exterioridade em que se encontrava o próprio Freud”, o que os torna “mais

facilmente [comunicáveis] do que um caso clínico, por definição, apenas conhecido pelo analista que fala dele”. Uma grande vantagem, portanto.

A *psicanálise exportada* (denominação também utilizada por Laplanche), ou fora do tratamento, é apenas um ponto da questão, pois seu domínio e seus meios de aplicação devem ser redefinidos a cada vez. Assim, mais do que depreciar a psicanálise aplicada, vendo nela uma transgressão do tratamento clássico, Laplanche propõe interrogar-se sobre seus objetos e seus métodos. E refletindo em particular sobre o tratamento clássico, valoriza a *psicanálise fora dos muros*, que junto com a *clínica*, a *teoria*, e a *história* constituem para ele os quatro lugares e objetos da experiência analítica.

Há assim duas situações psicanalíticas, uma “dentro” e outra “fora” dos muros. A ideia de muros, segundo ainda Traversier (2000), refere-se à imagem das muralhas das cidades do passado que delimitavam um espaço interior e exterior, sendo a partir dessa delimitação que as construções fora do muro ganhavam sentido. A metáfora é obviamente adequada ao *ensino* e a *pesquisa* da psicanálise na universidade: também exercida fora de seus muros, entre a marginalidade e a implicação, é na condição de uma experiência igualmente analítica que tais atividades ganham sentido e devem se afirmar como práticas legítimas e rigorosas.

Sobre o (meu) ensino

Já é hora de tratar das atividades de ensino, minha vocação original e para onde convergem todas as outras, apesar dessa condição que ao menos na minha realidade psíquica se apresenta como professor substituto permanente. Lecionei, até o momento no curso de Graduação, além de Psicopatologia e Psicologia da Educação II – Aprendizagem, dos começos, História da Psicologia; Ética Profissional e depois Ética e Legislação Profissional; Psicologia da Educação, para a Pedagogia; Psicologia I, para o Serviço Social (durante três longos anos); Relações Humanas, para a Biblioteconomia; mais recentemente, Psicologia Educacional, Desenvolvimento e Aprendizagem, para vários currículos da UFSC; e Método Clínico. Mas foi sem dúvida Escolas Psicológicas III (no novo currículo, Psicanálise) a disciplina à qual dediquei mais semestres letivos, e apenas porque dela fui responsável entre 1999-1 e 2003-1, quando substituí seu professor, em afastamento para o doutorado.

E o que faz um professor de psicanálise se há apenas uma disciplina *obrigatória* de sua competência específica no currículo, e a regra diz ter no PAAD ao menos uma delas? Engole em seco, retoma a memória dos anos de formação, obriga-se a estudar em profundidade mas nem sempre com interesse especial conteúdos com os quais deverá ter, no entanto, o melhor desempenho em sala de aula, depois das pesquisas bibliográficas, das novas e desviantes leituras, dos novos planos de ensino... Embora sempre um desafio didático – ainda mais se na medida do possível a ementa da disciplina permite trabalhar com pontos de vista freudianos –, significa, sim, um desvio de função (desgaste, preocupação, dúvidas e crises de consciência, que todos nós professores conhecemos). Mas não apenas lastimo supostos prejuízos na minha carreira acadêmica, pois valorizo também, mesmo nessas circunstâncias, ter podido ao menos introduzir algo de psicanálise para futuros profissionais oriundos de áreas diversas da universidade.

Além de Escolas Psicológicas III, Clínica Psicanalítica foi a outra disciplina (neste caso, optativa – ou complementar, na terminologia do novo currículo) que mais lecionei, devido à grande demanda dos alunos e porque, ao longo de muitos semestres, nunca foi reivindicada pelos colegas. Há curiosidade e interesse pelos pontos de vista psicanalíticos, mesmo se resistências, como sabem professores e alunos, manifestem-se nas supostas “dificuldades” de seus textos. Desconfio ser esta uma herança lacaniana, que como vimos advém dos anos 1970, e de uma hegemonia de leitura que se fez inclusive em detrimento de Freud, cuja escrita, no entanto, caracterizada por uma associação de “inteligência, intuição e modéstia” e sempre em diálogo com o leitor, presta-se muito mais à academia. Suponho assim que toda resistência à leitura psicanalítica denuncia antes ausência de leitura dos textos freudianos. E faço minha a pergunta eloquente de Lequeux (2003, p. 99-100): “Onde e por que perderam o estilo límpido de seu pai fundador, em proveito do que parece frequentemente obscuro e pedante ao não iniciado?” (Entre nós, essa leitura se torna inutilmente ainda mais penosa, devido ao que chamo de “dialeto lacaniano brasileiro”.)

Pelas circunstâncias, Clínica Psicanalítica foi se tornando uma disciplina “obrigatória”, e só recentemente, aproveitando a contingência e o estímulo para a criação de disciplinas complementares, eu propus Freud e a Cultura, I e II, nas quais realizei o desejo tanto tempo reprimido de propor uma leitura comentada e aprofundada de Freud – no caso, *Totem e tabu* e *O futuro de uma ilusão* (I) e *Psicologia das massas e análise do*

eu e O mal-estar na civilização (II). Foi minha segunda vez de fato na UFSC, mas só porque desde 2013, como referido, venho oferecendo um seminário sobre as grandes obras fundadoras da psicanálise freudiana, como *atividade de extensão*, aberta à comunidade da UFSC e fora da UFSC. Com esta atividade, eu exercito a vocação leiga da psicanálise e tento contribuir para que futuros analistas tenham acesso gratuito, embora sempre parcial, a um dos três cânones da formação do psicanalista – dos outros dois, a análise pessoal não pode ser uma exigência da universidade e a supervisão nela ocorre apenas parcial e temporariamente, nas clínicas-escola dos departamentos de psicologia.

Preparei-me a vida inteira para trabalhar didaticamente com a obra freudiana, e fazê-lo enfim de maneira integral em disciplinas optativas, depois de 15 anos desviando-me de pedras no meio do caminho, constituiu-se além de satisfação genuína numa verdadeira reviravolta, provocada em parte pelas atividades do segundo pós-doutorado. Mas por força do hábito e porque me parece necessário, não hesitei em criar uma terceira disciplina, Psicanálise e Psicoterapias³², programada inicialmente para 2016.2, junto com Método Clínico e... Psicologia e Nutrição. Já com os planos de ensino prontos, houve um rearranjo de última hora na engenharia de distribuição das disciplinas (que ofertamos numa quantidade inacreditável para outras unidades da universidade), e voltei com prazer a lecionar a disciplina obrigatória Psicanálise. Como não aproveitar? Mantenho ainda Método Clínico e, para complementar as horas do PAAD, compartilho Psicologia da Educação (na Pedagogia). E assim a vida (acadêmica) segue.

Devo ainda me referir às disciplinas da pós-graduação, e registrar não mais do que dois ou três semestres em que tive a oportunidade de propor Temas em Psicanálise, mesmo se partilhando a disciplina com o colega da linha de pesquisa (na época, “Psica-

³² Aproveito a ocasião para me referir ao destino de uma de minhas tarefas do pós-doutorado de 2011-2012, isto é, a tradução do livro de Pierre Marie, que naturalmente será utilizado nesta disciplina como livro-texto, em 2017-1. Ao voltar do pós-doutorado, em 2012, o editor da EdUFSC, interessando-se pelo livro, fez os contatos com sua congênera Aubier/Flammarion, inclusive pagando-lhe os direitos mínimos de praxe. De minha parte, retomei o contato com Pierre Marie, que, animado com a possível publicação de seu livro no Brasil, respondeu-me às dezenas de questões que ao longo do tempo fui acumulando, à espera justamente de uma oportunidade que não mais lhe criasse expectativas infundadas. Antes de passar pelo Conselho Editorial, como também é de praxe, o livro foi avaliado por um (sim, apenas *um*) parecerista, que aconselhou sua não publicação. Alegou que a temática “já [tinha sido] tratada exaustivamente por diversos autores”; que o livro abordava “conceitos já estabelecidos há muito tempo na literatura de seu domínio”; indignou-se com o fato de “uma obra estrangeira não [contemplar] a bibliografia brasileira na área” e fez ressalvas à minha tradução, quando naquele momento esta só podia ser tomada como em construção (e o editor sabia disso), e prestava-se à leitura da obra por um parecerista monoglota em português. Em longa carta, contestei um a um os argumentos desse poderoso (porque único) parecerista.

nálise, sujeito e cultura”, depois, “Inconsciente, sexualidade e cultura”, hoje desativada). Num Programa segmentado em tantas linhas de pesquisa, mas com carga horária importante e obrigatória a cumprir, não necessariamente podíamos contar com alunos, além dos nossos, para frequentar temas psicanalíticos. E estes, em determinados momentos, sobretudo quando fiquei sozinho na linha de pesquisa, não eram mais suficientes para compor o número mínimo aceitável de alunos em sala (sem contar os alunos especiais ou de ouvintes, sempre acima da quota, e o número sempre expressivo de candidatos à pós-graduação). Como alternativa necessária e uma possibilidade regimental, optei por criar, para os alunos da nossa própria linha de pesquisa (mesmo se eventualmente poucos), Seminários de Pesquisa em Psicanálise, I e II, com duas horas semanais. Constituiu-se uma de minhas duas alternativas de atividade obrigatória discente no Programa. A outra, uma tradição em nossa área de concentração “Práticas Sociais e Constituição do Sujeito”, partilhei com colegas as disciplinas (e o PAAD) Métodos e Procedimentos de Pesquisa e Seminários de Pesquisa em Psicologia. Nem poderia ser de outra maneira, pois, além do mais, seria pretensioso e mais uma vez desvio de função assumir, sozinho, disciplinas que dizem respeito a diversos outros métodos e psicologias.

Menciono uma segunda tradição também relacionada às disciplinas de metodologia de pesquisa no Programa: nos seminários, o professor de cada linha dispunha de um dia de aula para expor seus próprios métodos. Essa prática saudável e bem-sucedida rendeu-nos um artigo coletivo e raro em sua proposta. “Diversidade e diálogo: reflexões sobre alguns métodos de pesquisa em psicologia”, publicado em 2006 na revista *Interações*, apresentava diferentes orientações teórico-metodológicas (psicanálise, estudos etnográficos, existencialismo de Sartre, psicologia histórico-cultural de Vygotski e arqueologia e genealogia de Foucault). Tendo como principal ponto de convergência a ênfase no processo de constituição do sujeito, afirmávamos no resumo o que havia de comum em nossa identidade de pesquisadores: a abertura para o inusitado, para as descobertas e surpresas da subjetividade cotidiana.

Particularmente, mas no mesmo movimento e também em 2006, publiquei “Questões epistemológicas e metodológicas em psicanálise” no *Jornal de Psicanálise* (São Paulo), cujo embrião foi apresentado várias vezes em disciplinas dos colegas. Como artigo e com este nome autoexplicativo, parece ter continuado sua vocação, pois faz parte nos últimos dois anos (que eu saiba) da “Bibliografia Sugerida (ciência, metodo-

logia, pesquisa)” no edital de concurso para mestrado e doutorado em Psicologia Clínica da USP. Como professor de psicanálise, admitido na UFSC em concurso para psicologia clínica e professor de psicanálise e de metodologia de pesquisa, não poderia desejar reconhecimento mais adequado.

Infelizmente não conquistei o direito (?) de realizar as atividades de ensino dos meus sonhos. A situação ideal já se concretizaria com duas ou três disciplinas obrigatórias de psicanálise e dois ou três professores universitários de psicanálise. Por princípio (continuo sonhando) – e para o bem do Departamento, dos alunos e deles próprios – esses professores não fariam substituições que fossem de encontro à sua natureza teórica ou com proximidades meramente alusivas; em contrapartida, tampouco misturariam, promiscuamente, seu trabalho na universidade com as coisas de sua instituição psicanalítica. Esse coletivo de dois ou três professores, se bem afinados, poderiam ainda viabilizar a existência de uma linha de pesquisa própria na pós-graduação. A título de ilustração e me limitando ao trivial de compor uma banca de defesa, conto sempre com a boa vontade de colegas, pois, não se tratando claramente de pesquisas fronteiriças, raros se sentem à vontade com a interação. Tudo teria sido particularmente mais difícil sem a inestimável colaboração, por gosto e competência, da Professora Mara Coelho de Souza Lago, uma amiga da psicanálise. Enfim, correndo o risco da arrogância e da pretensão, penso que em algum momento o Departamento de Psicologia da UFSC terá de se decidir sobre suas reais intenções para com a psicologia freudiana em seu currículo obrigatório.

Seja como for, e meus alunos de um modo geral podem atestar, nunca deixei de sentir o prazer da sala de aula e da preparação, toda semana, para chegar a ela. Como tantos colegas, sou um professor que nunca se desliga de seu curso sempre em construção, aproveitando um conjunto de leituras que incluem a alta literatura e naturalmente a imprensa, para enriquecer, ilustrar e atualizar um processo de aprendizagem que se remete ao já adquirido pelos que nos precederam, e que em parte nos governam em nossa práxis. Com o passar do tempo, o velho professor radicalizou e se voltou para métodos antigos e tradicionais de ensino, numa escolha consciente e certamente idiossincrática de concentrar esforços em aprimorar o procedimento didático da aula expositiva (sempre com a intenção de que se torne dialogada). Em turmas menores (disciplinas complementares), faço mesmo leitura comentada e aprofundada de texto. Preocupo-me com

a falta de rigor e com a superficialidade da visão panorâmica ou meramente opinativa, sem conteúdo crítico fundamentado e circunstanciado. Considero que aprender exige sacrifícios e que, embora primária em nós a pulsão escopofílica, o prazer auferido é fruto de um penoso e longo processo. Sim, com o passar do tempo, observo nos alunos dificuldades maiores de concentração, interação intelectual, mesmo interesse. Mas transfiro para a geração mais nova de colegas o uso de todos os artifícios tecnológicos com os quais os novos alunos estão mais acostumados.

Ainda não acumulo fracassos com meus procedimentos antigos, pelo contrário: os temas psicanalíticos são atraentes, e deve contar, certamente, este amor que os professores temos pela sala de aula. Mas também porque lanço mão, por exemplo, de técnicas didáticas desenvolvidas e experimentadas na pós-graduação, na leitura atenta de teses e dissertações, que incluem – é a minha maneira de trabalhar no texto dos meus orientandos – correção gramatical, da escrita e metodológica, e naturalmente orientação de opções e itinerários de pesquisa. Na graduação, tenho experimentado solicitar (trate-se de um exemplo, e o mais recente) uma questão – no semestre, em número de três, mas já solicitei cinco – rigorosamente formulada (contextualização, fundamentação, justificação), e que deve ser-me enviada até o dia anterior ao do texto programado, sob pena de sua prescrição. No texto do aluno eu trabalho imediatamente (o ritmo é importante), nele intervenho em todos os níveis, além de fazer “comentários” a cada detalhe significativo – ao lado do texto (como igualmente nos permite o Word). Sem dúvida uma tarefa extraclasse que demanda tempo (explodindo o PAAD) e disposição. Mas é compensadora, porque repercute em vários segmentos do curso: começa pela relação mais personalizada, numa turma em média de 40 alunos, cujas dúvidas e colocações pessoais e singulares, além de um desafio para o professor, alimentam as aulas que, por sua vez, ganham inclusive em direção e controle. Confesso também uma “satisfação superegoica” de atuar de maneira concreta, de fazer a “a minha parte”, como educador. Enfim, de quebra, depois de tentar todos os sistemas de avaliação, disponho de um (parcial, sempre “em combinação”) dos mais consistentes e justos. Nunca me esqueci da afirmativa de um dos professores do curso de especialização, responsável por este segmento da grade curricular, de ser a avaliação a tarefa mais difícil do professor. Prestes a completar 38 anos de profissão, e a todo final de semestre de acordo com ele, também suponho que cada um de nós, se for o caso, deve ter suas razões e motivos para justificar pessoalmente a assertiva.

Das atividades acadêmicas

A primeira dissertação que orientei foi defendida em 2001. A primeira tese, e a primeira também do nosso Programa de Pós-Graduação, em 2007. Neste ano de 2016, duas teses e uma dissertação foram defendidas. Seguem-se os nomes dos meus alunos e respectivos trabalhos, o local e a data de conclusão:

Teses de doutorado

Geselda Baratto, *Reflexões sobre a transferência e a prática clínica na experiência de clínica-escola de Psicologia*. PPG em Psicologia, CFH, UFSC (2007).

Zeila Cristina Facci Torezan, *Sublimação, ato criativo e sujeito: da psicanálise e do contemporâneo*. PPG em Psicologia, CFH, UFSC (2009).

Luis Francisco Espíndola Camargo, *O parasitismo do infinito da psicanálise* PPG em Psicologia, CFH, UFSC (2011).

Márcio Zanardini Vegas, *O que faz um psicanalista? Uma leitura do seminário O Ato psicanalítico*, de J. Lacan, PPG em Psicologia, CFH, UFSC (2013).

Beatriz da Foutoura Guimarães, *Trauma e real: do que não cessa de não se escrever na poesia de Paul Celan*, PPG em Psicologia, CFH, UFSC (2013). Coorientação: Prof. Dr. Edson Luis André de Sousa (UFRGS).

Marlos Gonçalves Terêncio. *O horror e o outro: um estudo psicanalítico acerca da angústia sob o prisma do Unheimlich freudiano?* PPG em Psicologia, CFH, UFSC (2013).

Daphne de Castro Fayad. *Uma verdadeira mulher em sua inteireza de mulher: o feminino em psicanálise por Medeia e Madeleine Gide*, PPG em Psicologia, CFH, UFSC (2015).

Adriana Rodrigues, *A psicanálise e a política de assistência social brasileira: um diálogo possível?* PPG em Psicologia, CFH, UFSC (2016). Coorientação: Andrea Maris Campos Guerra (UFMG).

Erikson Kaszubowski, *Modelos de tópicos para associações livres*. PPG em Psicologia, CFH, UFSC (2016).

Dissertações de mestrado

Sílvia Teixeira Salibe, *Psicanálise e Universidade: história, questões, problemas*. PPG em Psicologia, CFH, UFSC (2001).

Jaime Bezerra do Monte, *Considerações metodológicas sobre a pesquisa em Psicanálise na Universidade*. PPG em Psicologia, CFH, UFSC (2002).

Diana Goldman, *Psicanálise e telepatia*, um caso clínico. PPG em Psicologia, CFH, UFSC (2003).

- Daniela Bridon dos Santos Reis, *O autismo nos (des)caminhos da feminilidade: o lugar da função materna na ocorrência de autismo infantil*. PPG em Psicologia, CFH, UFSC (2003).
- Eliane Travassos, *Mulher, história e psicanálise*. PPG em Psicologia, CFH, UFSC (2003).
- Geselda Baratto, *A “psicologia psicanalítica do ego” e a psicanálise freudiana: diferenças teóricas fundamentais*. PPG em Psicologia, CFH, UFSC (2003).
- Renata Susan Pereira, *Formação e instituição: um percurso pela história das instituições psicanalíticas de Florianópolis*. PPG em Psicologia, CFH, UFSC (2005).
- André Luís Scapin, *O amor como suplência à relação sexual*. PPG em Psicologia, CFH, UFSC (2006).
- Humberto Michelli, *A psicanálise nos cursos de graduação de Psicologia no Estado de Santa Catarina*. PPG em Psicologia, CFH, UFSC (2006).
- Marlos Gonçalves Terêncio, *Um percurso psicanalítico pela Mística, de Freud a Lacan*. PPG em Psicologia, CFH, UFSC (2007).
- Paulo Henrique de Andrade Pinto, *Histeria e neurose obsessiva: um percurso na obra freudiana*. PPG em Psicologia, CFH, UFSC (2007);
- Beatriz da Fontoura Guimarães, *Escrita e autoria: os efeitos da escrita sobre o sujeito que escreve*. PPG em Psicologia, CFH, UFSC (2007).
- Márcio Zanardini Vegas, *A noção freudiana de construção*. PPG em Psicologia, CFH, UFSC (2007).
- Juan Carlos Montero, *O sujeito do fim de análise: um novo sujeito?* PPG em Psicologia, CFH, UFSC (2008).
- Sandra Cristina Girardi, *As elaborações freudianas em torno da histeria: elementos para a constituição do conceito de inconsciente*. PPG em Psicologia, CFH, UFSC (2008).
- Fernando dos Santos Pereira Vecchio, *A “ciência da personalidade”, de Jacques Lacan: exame epistemológico das noções de psicogênese e de gênese social*. PPG em Psicologia, CFH, UFSC (2008).
- Rita Meurer Victor, *Da viabilidade da clínica psicanalítica no ambulatório público*. PPG em Psicologia, CFH, UFSC (2009).
- Erikson Kaszubowski, *A questão do sujeito nos antecedentes lacanianos: uma leitura em “Nachträglichkeit”*. PPG em Psicologia, CFH, UFSC (2010).
- Cristiane Barros Marcos, *Toxicomania e religião, a busca pelo sagrado e o encontro impossível: uma leitura psicanalítica*. PPG em Psicologia, CFH, UFSC (2012).
- Josué Adilson Cruz, *Considerações sobre o(s) tempo(s) na direção da análise: um percurso na clínica psicanalítica em Freud e Lacan*. PPG em Psicologia, CFH, UFSC (2013).

André Moraes Souza, *Sob o signo de Thanatos: a imposição do conceito de pulsão de morte na metapsicologia freudiana*. PPG em Psicologia, CFH, UFSC (2013).

Marilene Wittitz, *A feminilidade e sua relação com o desamparo em Tchou e Retratos de Carolina de Lygia Bojunga*. PPG em Psicologia, CFH, UFSC (2014).

Leticia Vier Machado, *A “Exceção Francesa”: uma Leitura sobre a Psicanálise na França (2003-2005)*. PPG em Psicologia, CFH, UFSC (2016). Coorientação: Louise Lhullier.

Alunas em orientação

Maíra Marchi Gomes, *O discurso jurídico sobre violência sexual à luz da psicanálise e da criminologia crítica* (nome do projeto). Trabalho de tese de doutorado.

Alana Dallacosta Fantin, *Psicose e transferência: desdobramentos da clínica psicanalítica na cidade* (nome do projeto). Trabalho de dissertação de mestrado. Coorientação: Louise Lhullier.

Iniciação científica (com bolsa PIBIC)

Cristiane de Barros Marcos, *Da drogadicção à religião: das relações possíveis do ponto de vista psicanalítico*. Departamento de Psicologia, CFH, UFSC, (2007).

Hugo Tannous Jorge, *O lugar dos conceitos da técnica psicanalítica em função do tratamento da psicoses*. Departamento de Psicologia, CFH, UFSC, (2011).

Coorientação em TCC

Fabício Schweitzer, *A dialogue between Gertrude Stein and Sigmund Freud*. Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras. CCE, UFCS (2016).

A observar a diversidade das temáticas acolhidas pelo orientador em psicanálise, que, por princípio e pela natureza de sua disciplina, não pode pretender orientar apenas trabalhos de pesquisas de seu mais estrito interesse. A rigor, apenas 30% do total de minhas orientações enquadram-se no universo de minhas preocupações primárias de pesquisa. Muito raramente uma linha de pesquisa em psicanálise poderá integrar um mestrando ou doutorando como parte de um todo mais abrangente, já em andamento, e assim por diante³³. O nosso trabalho de pesquisa tem um cunho solitário que amplia a importância da relação de orientação. Sempre incentivo meus alunos a aproveitar esta ocasião única, em sua condição de pesquisador em formação, e trocar ideias pontuais

³³ A tese de doutorado de Erikson Kaszubowski, *Modelos de tópicos para associações livres* (2016), que na interface entre psicanálise e matemática, trabalha em particular com modelos probabilísticos de tópicos, pode ser uma das exceções. Dado o volume de trabalho requerido por tais pesquisas, que ultrapassa possibilidades individuais, a banca de professores arguidores, entre outros reconhecimentos importantes, recomendou em Ata a criação de uma linha de pesquisa.

com outros pesquisadores afins e mais experimentados. Com isso, (muito) eventualmente constituímos coorientação.

Em contrapartida, aprendemos muito com nossos orientandos, que nos possibilitam aprofundar temáticas e nos abastecem com dados e informações que nem sempre buscaríamos por iniciativa própria, mas que para o professor, no entanto, é o pão de cada dia. Orientar é um longo aprendizado, atestado pelos fios de cabelo branco adquiridos no início e o *savoir-faire* que vai chegando com o tempo, quando se torna um prazer tão genuíno e sublimatório quanto aquele advindo da sala de aula. Sem deixar de levar em conta as particularidades do lugar ocupado pelo orientador, que maneja (manobra?), como assinala Mezan (2001), um misto explosivo de *poder real*, conferido pela instituição, e *poder imaginário*, conferido pelo orientando, considero sem hesitar que os trabalhos de pesquisa sob minha orientação resultaram na maior parte das vezes de uma parceria estreita e cotidianamente ajustada conforme seu acontecer. No caso de artigos, esta associação multiplica-se e se expande: publicamos juntos até o momento mais de uma dezena de artigos, e só lamento não tê-lo feito muito mais e desde o início. Meu nome vem em segundo lugar, porque partem deles a iniciativa abraçada por mim. Mas intervenho no trabalho em todos os níveis e em muitas idas e vindas eletrônicas; e temos conseguido de um modo geral publicar em revistas bem avaliadas pela CAPES, como pode ser verificado em rápida consulta na internet. Em uma palavra, meus orientandos são (tornaram-se) meus verdadeiros parceiros nas atividades de estudo e pesquisa na universidade.

Artigos publicados em periódicos

AGUIAR, F. Da sugestibilidade à transferência: itinerário de Freud. *Kriterion*, v. 32, p. 1-24, 1981.

AGUIAR, F. *Dissertatio*. Wittgenstein, disciple à contrecœur de Freud, v. 10, p. 5-44, 1999.

AGUIAR, F. Notas recolhidas sobre a transferência em Freud. *Revista de Ciências Humanas*, v. 27, p. 127-148, 2000.

AGUIAR, F. Das relações entre a psicologia clínica e a psicanálise na França. *Estudos de Psicologia*, v. 5, p. 215-241, 2000.

AGUIAR, F. Notas recolhidas sobre a transferência em Freud. *Revista de Ciências Humanas*, v. 27, p. 127-148, 2000.

AGUIAR, F. Método clínico: método clínico? *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 14, n. 3, p. 609-616, 2001.

AGUIAR, F. A psicanálise e a psicologia francesa: relação de conflitos e de mútuos interesses. *Estudos de Psicologia*, v. 7, p. 133-142, 2002.

AGUIAR, F. Comentários avulsos sobre a prática universitária da Psicanálise. *Psicanálise e Universidade*, v. 16, p. 93-116, 2002.

AGUIAR, F. O humor analítico: o modelo Witz de interpretação. *Percurso*, v. 33, p. 32-45, 2004.

AGUIAR, F. Regulamentação das psicoterapias: o precedente francês. *Percurso*, v. 34, p. 109-120, 2005.

AGUIAR, F. A psicanálise na universidade belga: a experiência de Louvain. *Revista de Ciências Humanas*, v. 37, p. 149-174, 2005.

AGUIAR, F. Questões epistemológicas e metodológicas em psicanálise. *Jornal de Psicanálise*, v. 39, p. 105-130, 2006.

ZANELLA, A. V., SOARES, D. H. P., AGUIAR, F., MAHEIRE, K., PRADO FILHO, Kleber, LAGO, M. C. S., COUTINHO, M. C., SIQUEIRA, M. J., SCOTTI, S. Diversidade e diálogo: reflexões sobre alguns métodos de pesquisa em psicologia. *Interações*, v. 12, n. 11, p. 11-38, 2006.

BARATTO, G. & AGUIAR, F. A “psicologia do ego” e a psicanálise freudiana. *Revista de Filosofia Aurora*, v. 19, n. 25, p. 307-331, 2007.

VEGAS, M. Z. & AGUIAR, F. A noção freudiana de construção. *Adverbium*, v. 3, n. 2, p. 125-137, 2008.

AGUIAR, F. A *Methodik*: um embaraço na escrita de Freud. *Percurso*, v. 42, p. 27-42, 2009.

CAMARGO, L. F. E. & AGUIAR, Fernando. Foucault e Lacan: o sujeito, o saber e a verdade. *Revista de Filosofia Aurora*, v. 21, n. 29, p. 531-544, 2009.

SOUZA, M. (colega do Departamento) & AGUIAR, F. Traduções e travessias: possibilidades de (re)encontro com o outro. *Ágora (UFRJ)*, v. 12, n. 2, p. 307-317, 2009.

SOARES, D. H. P. (colega do Departamento), AGUIAR, F., GUIMARÃES, B. F. O conceito de identificação no processo de escolha profissional. *Aletheia*, v. 32, p. 134-146, 2010.

TOREZAN, Z. F. & AGUIAR, F. O ato criativo e o sujeito na sublimação. *Psicologia em Estudo*, v. 16, n. 4, p. 593-601, 2011.

VICTOR, R. M. & AGUIAR, F. A clínica psicanalítica na saúde pública: desafios e possibilidades. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 31, n. 1, p. 40-49, 2011.

TOREZAN, Z. F. & AGUIAR, F. O sujeito da psicanálise: particularidades na contemporaneidade. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, v. XI, n° 2, p. 525-554, 2011.

TOREZAN, Z. F. & AGUIAR, F. Sublimação: da construção ao resgate do conceito. *Ágora* (UFRJ), v. 15, n. 2, p. 245-258, 2012.

TERÊNCIO, M. G. & AGUIAR, F. A produtividade da lei em psicanálise: um esboço de diálogo com Foucault e Butler. *Percurso*, v. 51, p. 21-32, 2013.

KASZUBOWSKI, E. & AGUIAR, F. O registro imaginário nos antecedentes lacanianos. *Ágora* (UFRJ), v. 18, n. 1, p. 85-100, 2015.

FAYAD, D. C. & AGUIAR, F. Sobre o jogo do amor e do azar. *Revista de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre*, v. 22, n. 3, p. 671-689, 2015.

AGUIAR, F. Psicanálise e psicoterapia: o fator da sugestão no tratamento psíquico. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 36, n. 1, p. 116-129, 2016.

MACHADO, L. V. & AGUIAR, F. Eficácia e efeitos terapêuticos em psicanálise: uma leitura a partir do caso francês. *Cadernos de Psicanálise*, v. 38, n. 34, p. 207-229, 2016.

Artigos em jornal e revista

AGUIAR, F. Ainda é preciso ler Freud? *Revista Cult*, p. 48-50, 2010³⁴.

AGUIAR, F. O hábito da servidão. *Diário Catarinense*, 06/05/2010.

Artigos com alunos, enviados ou em preparação:

CARVALHO, C. A. F.; AGUIAR, F.; MÜLLER, M. J. *O delineamento do conceito de pulsão na metapsicologia freudiana*. Enviado para a revista *Scientia Studiae*.

CRUZ, J. A. & AGUIAR, F. *O tempo, o inconsciente e o sujeito* (em preparação).

GOMES, M. M. & AGUIAR, F. A pesquisa psicanalítica na universidade como oportunidade de debate dos fundamentos psicanalíticos. Em avaliação há um ano na revista *Interação em Psicologia*.

GOMES, M. M. & AGUIAR, F. “Então você também quis?” : considerações psicanalíticas a propósito de crimes sexuais contra adolescentes (em finalização).

KASZUBOWSKI, E. & AGUIAR, F. *O discurso universitário e seus efeitos de agenciamento: uma proposta de análise a partir dos matemas dos quatro discursos*. Em avaliação na revista *Psicologia em Estudo*.

MACHADO, L. V. & AGUIAR, F. Eficácia das psicoterapias: apontamentos sobre uma cultura da avaliação em um relatório francês de saúde. Em avaliação (há um ano) na revista *Estudos e Pesquisas em Psicologia*.

³⁴ Em 2010, a *Revista Cult* publicou o dossiê *Freud, continuidades e rupturas*, que se abre com este meu artigo, seguido de Freud e a neurologia, por Fátima Caropreso; A filosofia de Freud e o Freud da filosofia, por Richard Theisen Simanke; Para ler Freud, entrevista com Paulo César de Souza; Freud e a teoria social: uma questão de método, por Vladimir Safatle; Crer em Deus depois de Freud?, por Juvenal Saviano Filho.

MACHADO, L. V. & AGUIAR, F. Psicanálise e psicoterapias: um resgate histórico a partir das políticas de tratamento. Em avaliação na revista *Psicologia USP*.

RODRIGUES, A., MACHADO, L. V. & AGUIAR, F. Novo século, antigo mal-estar: uma história recente da psicanálise na França. Em avaliação na revista *Subjetividades* (UNIFOR).

SOUZA, A. M. & AGUIAR, F. *Retomando o conceito de pulsão de morte: da metapsicologia aos casos clínicos de Freud* (em finalização).

AGUIAR, F. & MACHADO, L. V. *La manœuvre et la resolution du transfert: parcours éthique de la clinique freudienne* (em preparação).

AGUIAR, F. & MACHADO, L. V. *Le transfert des pensées: l'interêt hors psychanalyse de Freud* (em preparação).

Artigos inéditos

AGUIAR, F. *Vie et mort de la premiere theorie sexuelle : sur le sort et le role des enfans violes dans la fondation de la psychanalyse*.

AGUIAR, F. *La recherche en psychanalyse à l'université: quelques avancées thématiques sur la question de la méthode à partir de Freud*.³⁵

Prefácios

AGUIAR, F. Prefácio. In: TOREZAN, Z. F. *Sublimação, ato criativo e sujeito na psicanálise*. Londrina: Eduep, 2012.

AGUIAR, F. Prefácio, In: VEGAS, Márcio Z. *A noção freudiana de construção*. Curitiba: Juruá, 2008.

Organização de livro

AGUIAR, F. & GUIMARÃES, B. *Interfaces em psicanálise e escrita*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

³⁵ Sophie de Mijolla-Mellor, editora da revista *Topique*, interessou-se pelo primeiro desses artigos, para um número temático sobre sexualidade e infância que viria a ser publicado proximamente, e também pela minha inscrição na A2IP – Association Internationale Interactions de la Psychanalyse, da qual é fundadora. No entanto, o parecerista da revista foi contrário à aceitação do artigo porque, segundo ele, eu defendia a “teoria da sedução” – uma leitura tão equivocada e absurda que de pura fadiga declinei desta vez de contestar. Há coisas mais importantes no artigo: por exemplo, supus relações e argumentei com dados sobre as relações (sobre as quais o próprio Freud manteve-se silencioso) entre a “teoria da sedução” (1996) e as moças violadas sobre as quais dez anos antes, em 1885/1886, ele lia nos jornais de Paris, ou encontrava na morgue, nas aulas do Professor Brouardel, e relata a Marta, então sua noiva, nas cartas. Este meu artigo permanece inédito. O segundo artigo, *La recherche en psychanalyse à l'université: quelques avancées thématiques sur la question de la méthode à partir de Freud* – não previsto no plano do ano sabático (2011-2012), porque fruto de intervenção na disciplina *Méthodes de recherche et d'intervention en psychologie clinique*, do Professor Brackelaire. Devo certamente estar enganado, mas em pesquisa intensiva entre revistas da França (incluindo *Recherches en Psychanalyse*, cujas preocupações com o método parece ter-se esgotado em seu primeiro e excelente número), do Canadá e da própria Bélgica, não encontrei nenhuma que, por suas características e publicações, coubesse este artigo, que permanece inédito – as revistas de psicanálise são majoritariamente clínicas.

Outros dados

* O currículo Lattes registra exatas 70 participações em *bancas de trabalho de conclusão* (mestrado e doutorado) e 52 participações em bancas de *comissões julgadoras* (qualificação de projetos), incluindo as de meus próprios orientandos.

* Fiz parte do Colegiado e do Colegiado Delegado do PPG em Psicologia; fui representante do Departamento de Psicologia em colegiados de cursos da UFSC; e, como todos os colegas, participei de dezenas de comissões (levantamento de produção docente; elaboração do projeto de implantação do pós-doutorado do PPG em Psicologia; análise de processos de revalidação de diploma; progressão funcional de colegas; sindicância investigativa no HU; de acompanhamento, orientação e avaliação de estágio probatório; credenciamento no PPG em Psicologia; de espaço físico, etc.)

* *Projetos de pesquisa*: Psicanálise na Universidade: revisão bibliográfica e análise crítica dos trabalhos escritos que tratam das relações entre a psicologia clínica e a psicanálise na França; A Psicanálise na Universidade: os limites, as condições de possibilidade, os fundamentos lógicos, o valor e o alcance objetivo da prática universitária da psicanálise (houve seguidas variações); Os procedimentos metódicos na pesquisa e na escrita de Freud; Psicanálise na Universidade: levantamento e exame (qualitativo) de teses em psicanálise registradas no banco de teses da CAPES.

* *Projetos de extensão* (sub-registrados): Cocriação e participação no curso de Especialização em Psicanálise (Faculdades Estácio de Sá, 2001 e 2002), ambas de Florianópolis; Encontro das quartas-feiras (16/03/2006 a 22/06/2006); Metodologia de pesquisa/Elaboração de laudos e pareceres – Associação Catarinense de Ensino (ACE) (15 a 29/07/2006); Grupo de trabalho escrita e psicanálise (15/02 a 15/12/2007); Organização do livro Escrita e psicanálise (01/07/2007 a 31/08/2008); Participação no curso de Especialização em Psicanálise (Faculdade CESUSC, 05/02 a 20/07/2011); Metodologia de pesquisa e iniciação científica (17/05/2013 a 16/05/2014); O nascimento da psicanálise: as grandes obras de Freud sobre as formações substitutivas (*Ersatzbildungen*) – desde 20/03/2013, em andamento.

* Parecerista *ad hoc* das seguintes revistas: Revista Perspectiva (2005); Jornal de Psicanálise (2006); Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia (2006); Psicologia e Sociedade (2008, 2009, 2010); Revista Estudos Feministas (2009); Revista de Psicologia da USP (2013); Revista Subjetividades (2015); Psicologia: Ciência e Profissão (2016).

* Organizador do Ciclo de Debates, “Pesquisa, Psicanálise e Universidade”. 20 e 27 de junho e 04 de julho de 2000 (Atividade de greve da UFSC).

* Vistoriador (critério: “titulação de doutorado e notório saber”) do Conselho Federal de Psicologia (CFP), em parceria com a ABEP (Associação Brasileira de Ensino de Psicologia), dos cursos credenciados ou a recredenciar para fornecer o Título Profissional de Especialista em Psicologia. Entre 2009 e 2011.

* Cofundador e coordenador do Núcleo de Estudos em Psicanálise (NEP) e, atualmente, do Laboratório de Psicanálise, Processos Criativos e Interações Políticas (LAPCIP).

Ainda sobre artigos

Para Mezan (1994), são três os tipos de pesquisas psicanalíticas realizadas na universidade: originárias do material clínico; de suas questões teórico-conceituais; e das produções culturais³⁶. Todas elas, a meu ver, admitiriam ser tomadas como pesquisas *de, em e mesmo com* psicanálise (no caso dos pesquisadores que apenas se utilizam de categorias conceituais psicanalíticas precisas e pontuais). A esta classificação mais geral, eu acrescentaria ainda uma quarta, que não se deixa nomear com facilidade e que não se presta a trabalhos de fôlego como teses e dissertações (a intenção original de Mezan nas duas classificações), mas são estudos igualmente investigativos e que interessa de perto à psicanálise universitária. Englobam questões relacionadas às práticas da psicanálise e seus modos de funcionamento e usos do conjunto de profissionais agrupados nesta mesma disciplina; e se articulam em grandes temas como o quadro e o dispositivo; o currículo e a formação; a extensão da psicanálise na sociedade; as relações da psicanálise e do Estado nos países onde ela se implantou; seu estatuto jurídico (tal como propõe o livro organizado por Leclaire, em *État des lieux de la psychanalyse*, já aqui referido). Mas a esta lista eu acrescentaria, no âmbito ainda mais propriamente universitário, questões metodológicas na pesquisa; a pequena história (a “grande”, neste caso, é a história dos conceitos, e aí nos encontramos no terreno do estudo epistemológico); relações institucionais com a própria universidade, com as agências de fomento, com o departamento universitário que a acolhe; interações práticas com outras disciplinas e seus professores. Essas têm sido de fato as minhas questões mais cotidianas e frequentes, e que ainda vão permanecer por algum tempo, embora se possa pensar que cada acomodação negociada, abrandamento ou mesmo desaparecimento de uma delas represente um passo a mais na implantação da psicanálise universitária.

Os três trabalhos escritos, que deliberadamente deixei pra comentar no final, e que fogem à preocupação com a práxis universitária mais cotidiana, são frutos dos anos sabáticos. Considero o primeiro deles – *O humor analítico: O modelo Witz de interpretação*, que se beneficiou do primeiro pós-doutorado, e foi publicado em 2005, na revista

³⁶ Em outro artigo, Mezan (2002) expande essa classificação, agrupando os trabalhos de seus alunos em sete categorias: 1. Teses predominantemente teóricas; 2. Teses sobre questões de psicopatologia e sobre fenômenos específicos a certos grupos; 3. Teses sobre fatores operantes no processo terapêutico; 4. Teses sobre a atividade terapêutica em âmbito institucional; 5. Teses sobre a interface psique/sociedade; 6. Teses sobre obras ou práticas artísticas e suas raízes pulsionais; 7. Teses sobre autores ou momentos importantes da história da psicanálise.

Percurso – o meu artigo mais importante e mais bem sucedido. Localizado a meio caminho entre a clínica e a metapsicologia, avancei a hipótese de que o *Witz* teria servido a Freud como modelo privilegiado para justificar a "regra fundamental" da psicanálise, e tal fato explicaria por si só as motivações que o conduziram a mergulhar nesta pesquisa tão documentada quanto minuciosa, e (só) aparentemente desviante em sua obra. Levando em conta o fato curioso de que alguns dos pacientes freudianos riam em momentos nos quais o conteúdo revelado pela análise não justificava tal reação, o artigo propõe que o discurso do analisando, na estrita obediência à regra fundamental e ao determinismo psíquico, primeiro, será forçosamente espirituoso; e segundo, o assentimento (voluntário, automático) do analisando em se deixar atingir pelo "efeito cômico" na análise constitui um bom critério para avaliar, empiricamente, o valor ético-epistemológico da interpretação. Foi ignorado pelos psicanalistas, salvo Renato Mezan, que por mais de uma vez e em ocasiões distintas a ele se referiu³⁷.

O segundo artigo, “*A Methodik*: um embaraço na escrita de Freud”, beneficiário, tal como o terceiro, do pós-doutorado de 2011/2012, e publicado também na revista *Percurso*, constitui um trabalho minucioso de pesquisa sobre a construção clínica da disciplina freudiana. Parto da observação de que, ao contrário do usual, Freud, que produzia seus escritos com rapidez e sem vacilações, não sem antes refletir para transcrevê-lo em seguida (de memória) no papel, empenha-se com muita resistência em redigir, entre 1908 e 1911, o trabalho chamado em sua correspondência e de maneira abreviada de “*Methodik*”. O projeto seria finalmente abortado, dando lugar aos pequenos artigos técnicos publicados a partir justamente de 1911. Restabeleço assim o passo a passo de uma redação fracassada, as idas e vindas desse itinerário, graças à confrontação de sua extensa literatura epistolar, uma fonte ainda hoje inesgotável e ainda pouco explorada, que me permitiu fazer uma pequena descoberta e evidenciar uma passagem importante, mas quase desconhecida da história da psicanálise³⁸. Em 1974, e já então contestando

³⁷ Por exemplo, em seu último livro, *O tronco e os ramos*, no texto de número 10, “A ‘ilha dos tesouros’: relendo ‘A piada e sua relação com o inconsciente’”, e depois de explicar que “no tratamento, a livre associação [se baseia] precisamente na suspensão das normas do pensar adulto (a regra fundamental)”, Mezan (2014, p. 443) escreve (e vou me permitir citar aqui) em nota de rodapé: “Ver a esse respeito o belo artigo de Fernando Aguiar, ‘O humor analítico: o modelo *witzig* de interpretação’ [...], no qual se demonstra o interesse das análises contidas no livro que estamos examinando para a prática clínica”.

³⁸ A obra de Freud, já muito extensa, é duplicada nas conversações que mantém ao longo de sua vida com os alunos e com os intelectuais e escritores importantes de seu tempo. Durante muito tempo, parcial ou totalmente censurada, aos poucos essas correspondências (total estimado de 20.000 cartas) foram sendo publicadas – o terceiro e último volume de uma das mais importantes, com Ferenczi, saiu em 2006, pelo

uma suposta e sempiterna crise, Lacan afirmava: “A psicanálise ainda não encontrou seus próprios limites. Há muito que descobrir na prática e no conhecimento. Em psicanálise não há solução imediata, mas apenas a longa e paciente busca das razões”. Além disso, há Freud, arremata, “que ainda não compreendemos inteiramente”.

Enfim, o terceiro artigo, *Psicanálise e psicoterapia: o fator da sugestão no tratamento psíquico*, de 2016, é um retorno às minhas origens de pesquisador. Foi na dissertação de mestrado que me perguntei sobre esta noção, que participa da fundação do campo psicanalítico e faz parte de seu vocabulário clínico antes mesmo de se tornar prevalente entre sociólogos (Le Bon, MacDougall, etc.) nas primeiras décadas do século passado. A explicação psicanalítica do fenômeno, que para Bernheim era “primordial não redutível, um fato fundamental na vida psíquica humana” (Freud, 2015/1921, p. 71), foi paulatinamente construída por Freud no decorrer da própria edificação teórica de sua disciplina. Começando por estabelecer seu vínculo estreito com os conceitos de *transferência* e *identificação*, esse percurso histórico tem seu apogeu em 1921, no trabalho sobre a psicologia das massas, quando sua explicação recorre com grande propriedade às próprias categorias conceituais psicanalíticas. Ora, a sugestionabilidade (termo preferido por Freud) – esta influência que em toda relação assimétrica um exerce sobre outro – define a clínica psicológica em toda a sua extensão, e a psicoterapia, em particular, pelo uso sistemático de tão poderoso fator.

Ellenberger (1994) afirma que sob denominações diversas a noção de sugestão foi referida por Platão, no *Ion*, como “entusiasmo”, e por Montaigne, em *De la force de l’imagination*, como “imaginação” – ou *imaginatio*, como então chamavam em latim. Mais próximo de nós, falamos em magnetismo animal (Mesmer), fascinação (Donato),

menos sem qualquer censura, como foi o caso das anteriores. Para Roazen (in Haynal, Falzeder e Roazen, 2005), a publicação da correspondência de Freud está em vias de tomar um lugar preponderante ao menos aos olhos da próxima geração. Em outro livro, *Mes rencontres avec la famille de Freud*, publicado originalmente em 1993 – antes, portanto, das publicações das correspondências de Freud-Ferenczi e Freud-Eitingen – Roazen afirmava a existência de uma “enorme quantidade de cartas ainda não publicadas, [com] um número importante de informações essenciais” (p. 118). E pelo fato de terem sido cortadas passagens inteiras das já publicadas se faziam necessárias novas edições completas das cartas entre Freud e Abraham, Pfister e Jung, por exemplo. O acesso a alguns documentos, conforme ainda Roazen (1996), não aconteceria antes do século 22! Em seu mais recente livro de 2016, Roudinesco é mais precisa: “Além de cerca de 20 obras de fôlego, e mais de trezentos artigos, Freud deixou um verdadeiro manancial de anotações, rascunhos, agendas, dedicatórias e observações nos volumes de sua imensa biblioteca [...]. Teria redigido 20 mil cartas, das quais apenas metade subsiste. A maioria delas encontra-se publicada em francês, ou, quando não, em vias de estabelecimento em alemão. A isso se acrescentaria intervenções e entrevistas de grande riqueza [...], bem como textos relativos a cerca de sessenta pacientes agora identificados, porém, em grande parte pouco conhecidos” (p. 9).

hipnose (Braid e Charcot), e enfim, sugestão e autossugestão (Bernheim) até a entrada em cena de Freud. Octave Mannoni (1980, pp. 49-50), de maneira muito feliz resume esta série até a ruptura freudiana, ao escrever que a transferência é o restolho da possessão, obtida mediante uma série de subtrações: “Elimina-se o diabo, permanecem as convulsionárias. Eliminam-se as relíquias, permanecem os ‘magnetizados’ de Mesmer. Elimina-se o *baquet*, temos a hipnose e a ‘relação’. Elimina-se a hipnose, permanece: a transferência”. Em seu sentido amplo, a transferência é uma inclinação espontânea, irreduzível e fundante da experiência humana, e que diz respeito a uma alteridade subjetivada à qual antecipadamente tendemos a nos assujeitar, mediante um vínculo imanente e imediato (Marie, 2004). Na vida cotidiana, tais manifestações (ditas de transferência, com a psicanálise) constituem, no meu entendimento, um aspecto importante da influência que exerce o político sobre os eleitores, o professor sobre os alunos, o orador sobre os auditores, o médico sobre os pacientes... São, em particular, as mesmas manifestações que em todas as épocas sustentaram e animaram as práticas curativas dos feiticeiros, dos xamãs, dos fazedores de milagres de todas as religiões, dos mesmeristas, dos hipnotizadores e de tantos outros que na atualidade praticam o que genericamente chamamos de “psicoterapia”.

Derradeiras considerações

Retomo questões que, velhas como o mundo, parecem especialmente pertinentes à prática dos psicólogos, e dos clínicos em particular, incluindo os psicanalistas. Parafraseando Marie (2004, p. 164), elas podem ser formuladas assim: haveria em nós um *gosto pela metafísica*, que se manifesta na “necessidade premente” – invocada por Kant como uma “disposição natural” que jamais cessará – com a qual “não podemos nos impedir de supor a existência de um ser supremo, para além do sensível, [...] causa de nosso mundo e garantia de sua coerência”? Um *gosto pela servidão* – conforme apontaram Maquiavel, La Boétie, Hobbes e Sade, e já referida por Platão, em *A República* – como uma dificuldade dos homens em suportar a liberdade, aliada à necessidade de se deixar “encantar e seduzir pelo nome de um só”, cuja eleição pela submissão de todos asseguraria a seu detentor, eventualmente um tirano, “a ilusão de identidade e de coesão”? Enfim, tenderíamos a nos aproximar do mestre capaz de “nos transmitir um saber sobre uma verdade que excede o conhecimento”, e que tem a ver com a busca ancestral pelo sentido da vida?

Suponho em seguida que todo “tratamento psíquico” responde ilusoriamente a tais demandas, fundadas e sustentadas no desamparo humano, quando, convicto de um saber “universal”, inscreve a queixa (sintoma) do paciente numa grade *a priori* de leitura. E com seus protocolos clínicos, sempre em consonância com a ideia de uma remissão, propõe-se por esta via a assegurar o bem do paciente e promover a sua felicidade, fazendo-o calar-se sobre a doença que ele carrega (ou sobre sua condição de doente), no (falso) entendimento de que promovida a cura sua “existência deixa de ser um problema” (Althusser, 1947, p. 14). Pois justamente aí mora o perigo: como adverte Marie (2004, p. 22), “todo sofrimento psíquico induz à ideia de haver em algum lugar um saber sobre ele”. E é este saber que, circunscrito numa dada pessoa, suscita-nos um amor que “[nos torna] doravante sensíveis aos propósitos dessa pessoa”. Por isso, o amor se torna igualmente “o limite da ação de toda psicoterapia”. Lemos em Freud (2000/1915-1917, p. 146): “A crença repete [...] a história de sua própria gênese, [que] ramificação do amor”, nem mesmo tem “necessidade dos argumentos”. Mais de dez anos antes, nos *Três ensaios...*, ele já salientara a importância da “credulidade do amor” como fonte da autoridade, citando como exemplo a docilidade (crédula) do hipnotizado para com o hipnotizador – de resto, também revelada na “cegueira lógica” do apaixonado, quando julgado pelo objeto sexual de sua escolha (Freud, 2006a/1905, p. 83). Podemos assim concluir que o tratamento psíquico, fundamentado unicamente na sugestão, tende a desconsiderar a *ambivalência pulsional*, que, no entanto, condição humana, exercita e renova de fato e de direito a “impossibilidade” das profissões dedicadas a governar, educar e tratar.

Referências

- ALTHUSSER, L. Situation historique de l'Église. In: Jeunesse de l'Église. Paris: Petit Clamart, 1947.
- ANZIEU, D. La psychanalyse au service de la psychologie. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, n° 20, 1979, p. 59-75.
- ASSOUN, P.-L. *Psychanalyse*. Paris: PUF, 1997.
- ASSOUN, P.-L. *Introduction à l'épistémologie freudienne*. Paris: Payot, 1981.
- BEAUCHAMP, N. Cursus et formation. In S. Leclaire (Org.), *États des lieux de la psychanalyse*. Paris: Albin Michel, 1991.
- BIRMAN, J. A clínica na pesquisa psicanalítica. *Psicanálise e Universidade*, n° 2, p. 7-37, 1994.
- DUARTE, L. F. D. & CARVALHO, E. N. Religião e psicanálise no Brasil contemporâneo: novas e velhas *Weltanschauungen*. *Revista da Antropologia*, v. 48, n° 2, p. 473-500, 2005.
- ELLENBERGER, H. F. *Histoire de la découverte de l'inconscient*. Paris: Fayard, 1994.
- EVANGELISTA, W. J. (1984) *Conhecimento e desejo: estudo histórico-crítico do conceito de sobredeterminação no itinerário de Louis Althusser*. Tese professor titular. Departamento de Filosofia. UFMG, 1984.
- FIGUEIREDO, L. C. M. *Matrizes do pensamento psicológico*. Petrópolis, 1991.
- FLEIG, M. Transmissão e ensino da psicanálise: os impasses e seduções da Universidade. C. da APOA, Porto Alegre, n° 61, p. 29-35, 1998.
- FLORENCE, J. L'intérêt de la psychanalyse. In: Florence, J. (org.). *La psychanalyse et l'université. L'expérience de Louvain*. Louvain-la-Neuve: Academia Bruylant, 2003.
- FORRESTER, J. Retrato de um leitor de sonhos. In: ROTH, M.S. *Freud, conflito e cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FREUD, S. La disposition à la névrose obsessionnelle: Une contribution au problème du choix de la névrose. In Freud, S. *Névrose, psychose et perversion*. Paris: PUF. 1973.
- FREUD, S. La question de l'analyse profane (1926). In: *Œuvres Complètes*, v. XV. Paris: PUF, 1994.
- FREUD, S. Leçons d'introduction à la psychanalyse (1915-1917). In: *Œuvres Complètes*, v. XIV. Paris: PUF, 2000.
- FREUD, S. L'intérêt que présente la psychanalyse (1913). In: *Œuvres Complètes*, v. XV. Paris: PUF, 2005.

- FREUD, S. Contribution à l'histoire du mouvement psychanalytique (1914). In: *Œuvres Complètes*, v. XV. Paris: PUF, 2005.
- FREUD, S. Trois essais sur la théorie sexuelle (1905). In: (*Œuvres complètes*, v. VI. Paris: P.U.F., 2006.
- FREUD, S. Sur la psychopathologie de la vie quotidienne. In: (*Œuvres complètes*, v. V. Paris: P.U.F., 2012.
- FREUD, S. *Psicologia das massas e análise do eu* (1921). Porto Alegre: L&PM, 2015.
- GAGEY, J., GORY, R. e MIOLAN, Cl. Psychologie clinique et psychanalyse: d'une inquiétante familiarité. *Psychanalyse à l'Université*, tome 8, n° 30, p. 305-314, 1983.
- GORI, R. *L'Unité de la psychologie? Les psychologues devant la clinique freudienne*. Paris : Navarin, 1989.
- HAYNAL, A; FALZEDER, E. & ROAZEN, P. *Dans les secrets de la psychanalyse et son histoire*. Paris : PUF, 2005.
- HUBER, 1993 *L'Homme psychopathologique et la psychologie clinique*, Paris: PUF, 1993.
- HUPERT, M. Séance d'ouverture. Allocution de Michel Hupert. In: Florence, J. (org.). *La psychanalyse et l'université. L'expérience de Louvain*. Louvain-la-Neuve: Academia Bruylant, 2003.
- LAPLANCHE, J. Un doctorat en psychanalyse. *Psychanalyse à l'Université*, 6(21), 1980, p. 5-8.
- LAPLANCHE, J. *Problématiques V*. Paris: PUF, 1998, e *Nouveaux fondements pour la psychanalyse*. Paris: PUF, 1987.
- LECLAIRE, S. (org.), *État des lieux de la psychanalyse*, Paris: Albin Michel, 1991.
- LECLAIRE, S. *Écrits pour la psychanalyse* (1). Paris: Seuil/Arcanes, 1998.
- LEQUEUX, A. La psychanalyse et la médecine. In: Florence, J. (org.). *La psychanalyse et l'université. L'expérience de Louvain*. Louvain-la-Neuve: Academia Bruylant, 2003.
- MAHONY, P. *Freud, l'écrivain*. Paris: Les Belles Lettres, 1990.
- MANNONI, O. *Un commencement qui n'en finit pas: transfert, interprétation, théorie*. Paris: Seuil, 1980.
- MAJOR, R. Derrida lecteur de Freud et de Lacan. *Études françaises*, v. 38, n° 1-2, p. 165-178, 2002.

MARIE, P. *Psychanalyse, psychothérapie: quelles différences?* Paris: Aubier/Flammarion, 2004.

MENDELSON, S. & LE VAGUERÈSE, L. Interview de Roland GORI par l'OEDIPE, s/d. (09/09/2016: http://www.reseauspsychologues.eu/Interview-de-Roland-GORI-par-l-OEDIPE_a234.html)

MEZAN, R. Pesquisa teórica em psicanálise. *Psicanálise e Universidade*, n° 2, p. 51-75, 1994.

MEZAN, R. *Escrever a clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

MEZAN, R. Psicanálise e pós-graduação: Notas, exemplos, reflexões. *Interfaces da psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MEZAN, R. *O tronco e os ramos. Estudos de história da psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

MIJOLLA-MELLOR, S. La recherche en psychanalyse à l'université Recherches en Psychanalyse, n° 1, p. 27-47, 2004.

MUSCHG, W. Freud écrivain (1930). *La psychanalyse*, n° 5, p. 69-124, 1977.

NAVEAU, P. L'enjeu épistémologique: Pas de science sans épistémologie, 2004. (Texto recuperado em 13 junho 2006 : <http://recherche-e-shs>)

OHAYON, A. *L'impossible rencontre: psychologie et psychanalyse en France (1919-1969)*. Paris: La Découverte, 1999.

PRÉVOST, Cl.-M. *La psychologie clinique (Que sais-je?)*. Paris: PUF, 1988.

QUINODOZ, J.-M. *Lire Freud*. Paris: PUF, 2004.

ROAZEN, P. *Mes rencontres avec la famille de Freud*. Paris: Seuil, 1996.

ROSA, M. D. Psicanálise na Universidade: considerações sobre o ensino de psicanálise nos cursos de Psicologia. *Psicologia USP*, v. 12, n° 2, 2001. (http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642001000200016).

ROUDINESCO, E. *La bataille de cent ans. Histoire de la psychanalyse en France (2)*. Paris: Seuil, 1986.

ROUDINESCO, E. & PLON, M. *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

SACKS, O. A outra estrada: Freud como neurologista. In: ROTH, M.S. *Freud, conflito e cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SCARFONE, D. *Oublier Freud? Mémoire pour la psychanalyse*. Québec: Boréal, 1999.

SCHOTTE, J. Introduction à la lecture de “Freud écrivain”. *La Psychanalyse*, n° 5, p. 51-68, 1959.

SCHRAML, W. J. *Précis de psychologie clinique*. Paris: PUF, 1973.

TAVARES, P. H. *Versões de Freud: breve panorama crítico das traduções de sua obra*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.

TRAVERSIER, T. La psychanalyse “hors-les-murs”. In: MARTENS, Francis (ed.). *Psychanalyse: qui reste-t-il de nos amours?* Bruxelles: Complexe, 2000.

VAN RILLAER, J. *Les illusions de la psychanalyse*. Bruxelles: Pierre Mardaga, 1980.

